

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI  
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

Leonardo da Silva Greque Junior

**VIVÊNCIAS DE JUVENTUDES EM PERIFERIAS URBANAS DO  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS: OS JOVENS DA ESCOLA  
ESTADUAL BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES**

Rio Grande – RS, 2022

**Leonardo da Silva Greque Junior**

**VIVÊNCIAS DE JUVENTUDES EM PERIFERIAS URBANAS DO  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS: OS JOVENS DA ESCOLA  
ESTADUAL BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Cristiano Quaresma de Paula

Rio Grande – RS, julho de 2022

Leonardo da Silva Greque Junior

**VIVÊNCIAS DE JUVENTUDES EM PERIFERIAS URBANAS DO  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS: OS JOVENS DA ESCOLA  
ESTADUAL BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula  
ICHI - Universidade Federal do Rio Grande

---

Profa. Dra. Vânia Alves Martins Chaigar  
IE - Universidade Federal do Rio Grande

---

Profa. Dra. Caroline Dutra Bilhalva  
ICHI - Universidade Federal do Rio Grande

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os jovens periféricos que são sistematicamente negligenciados, mas que dotados de generosidade, compartilharam suas alegrias e frustrações comigo, dando subsídios a essa pesquisa. Assim como, a Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes que sempre me acolheu e muito me ensinou.

## AGRADECIMENTOS

É prazeroso chegar até aqui e perceber todo o avanço adquirido ao longo dessa jornada. Desde a superação das minhas limitações, medos e incertezas, até a força para enfrentar os dias que não foram tão bons, e reconhecer que no final, toda a trajetória foi válida e enriquecedora.

Claro que, nesse percurso só foi possível almejar e alcançar objetivos tão distantes e desafiadores pois contei com o apoio e contribuições das pessoas que carinhosamente estão citadas aqui e que tenho a enorme honra de tê-las em minha vida.

Agradeço primeiramente à minha mãe, minha grande incentivadora, uma mulher batalhadora, guerreira e alegre, sem a qual nada disso seria possível. Te amo!

Estendo esse agradecimento a todos meus familiares que sempre torceram por mim, e me ajudaram quando possível.

Ao meu namorado que esteve comigo, fazendo-me companhia nos longos períodos em que estudava e escrevia, por todo carinho, palavras de conforto e por me aguentar quando nem mais eu me aguentava.

As minhas amigas Vitória, Gabriela, Mariana e Marianne que sempre estenderam a mão quando eu precisei e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Vocês jamais sairão do meu coração!

Aos amigos Darlan, Giulia e Hayane que na FURG conheci, agradeço a parceria, amizade, aprendizados e por todos os momentos compartilhados. Vocês tornaram essa jornada mais feliz!

Aos colegas que participaram do grupo PET SabEst e à professora Mauren pelas oportunidades e momentos de reflexão que promoveram meu desenvolvimento pessoal e me inseriram na pesquisa científica.

Ao meu Orientador, professor Cristiano, que foi essencial no desenvolvimento deste trabalho, seja pelos incentivos, correções e limites que tanto fizeram diferença nesta escrita. Aprendi e evoluí muito ao longo da construção desta monografia, e isso só foi possível devido à toda sua dedicação, zelo, profissionalismo e troca de conhecimentos. Fostes fundamental!

Não poderia deixar de agradecer a todos os professores do curso de Geografia da FURG que contribuíram na minha formação como Geógrafo e Professor. Agradeço também aos colaboradores do ICHI pela dedicação e competência diária.

A todos meu muito obrigado!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as vivências das juventudes de moradores da periferia urbana, do entorno da Escola Estadual de Ensino Médio Brigadeiro José da Silva Paes, do município do Rio Grande – RS. Assim como buscou-se entender quais as implicações destes contextos nas vidas dos jovens. As juventudes em quanto fase da vida se expressa de forma diferente nas vivências dos sujeitos, sobretudo se considerarmos as especificidades da condição urbana. A organização urbana é reflexo dos processos sociais presentes nas cidades ao longo do tempo, dentre outros espaços são produzidas as periferias urbanas onde segregam-se as pessoas economicamente menos favorecidas, que usufruem de precárias infraestruturas urbanas, logo refletem a desigualdades socioespaciais. Frente a esses contextos, para possibilitar de forma democrática o exercício pleno da cidadania as políticas públicas podem ser utilizadas pelo Estado como ferramentas atinentes. Foram empregadas nesse estudo uma pesquisa quantitativa utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e uma pesquisa qualitativa, com trabalho de campo por meio da realização de Grupos Focais – GF, onde foram empregadas técnicas como a construção de Ciclos Diários e rodas de conversa. Considera-se que o contexto socioespacial estabelece uma série de possibilidades e impossibilidades nas vivências das juventudes. Portanto, os GF foram realizados na referida escola com a participação dos jovens alunos moradores das periferias atendidas pela instituição. Dessa forma, foi possível compreender que os jovens de bairros periféricos convivem com o preconceito de serem segregados espacialmente e excluídos socialmente, limitando seus acessos a oportunidades que permitam melhorar a situação socioeconômica destes sujeitos. O Estado por sua vez falha diariamente quando não oportuniza melhores condições de moradia para um descanso adequado, escolas com infraestrutura mínima e mais opções de formação, empregos que possibilite melhores rendas, espaços seguros para lazer e desenvolvimento das relações interpessoais, atenção integral a saúde e desenvolvimento físico dos jovens.

**Palavras-chave:** Juventudes; População; Periferias Urbanas; Desigualdade Social; Política Pública.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grade teórica .....	22
Quadro 2 - Pessoas jovens residentes no município do Rio Grande - RS por sexo e ou cor ou raça: .....	23
Quadro 3 - Pessoas jovens residentes alfabetizadas no município de Rio Grande – RS por sexo e cor ou raça.....	24
Quadro 4 - Jovens responsáveis pelo domicílio no município de Rio Grande – RS por sexo .....	25
Quadro 5 - Cônjuges ou companheiros(as) de sexo diferente.....	25
Quadro 6 - População Jovem Economicamente Ativa (%) .....	26
Quadro 7 - População Jovem Economicamente Ativa, por cor, sexo e situação do Domicílio .....	26
Quadro 8 - Estudantes participantes dos Grupos Focais por idade, raça e gênero. ....	35
Quadro 9 - Grade de políticas públicas .....	48
Quadro 10 - Estudantes participantes dos Grupos Focais por idade, raça e gênero.....	51

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo Diário. ....	16
Figura 2 - Mapa de localização dos bairros onde residem os alunos participantes da pesquisa. ....	34
Figura 3 - Ciclo Diário dos participantes do Grupo Focal por período dedicado às sete categorias. ....	36
Figura 4 - Ciclo Diário dos participantes do Grupo Focal por raça, gênero e período dedicado às sete categorias. ....	41



## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	<b>5</b>
<b>Lista de Quadros .....</b>	<b>8</b>
<b>Lista de Figuras .....</b>	<b>9</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Justificativa .....	12
1.2 Objetivos .....	14
1.3 Apontamentos metodológicos .....	14
<b>2 AS JUVENTUDES DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE .....</b>	<b>17</b>
2.1 OS JOVENS E AS JUVENTUDES: ALGUMAS DEFINIÇÕES.....	18
2.2 OS JOVENS DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE .....	23
<b>3 AS JUVENTUDES PERIFERICAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE: OS BAIRROS ATENDIDOS PELA ESCOLA SILVA PAES .....</b>	<b>28</b>
3.1 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS PRESENTE NOS BAIROS PERIFÉRICOS.....	28
3.2 VIVÊNCIAS PERIFÉRICAS DOS JOVENS DA ESCOLA SILVA PAES ..	33
3.2.1 Análise dos Ciclo Diário de todos participantes do Grupo Focal .....	35
3.2.1 Análise dos Ciclo Diário dos participantes do Grupo Focal por raça e gênero.....	41
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS: CAMINHOS PARA VIVÊNCIAS PLENAS DAS JUVENTUDES .....</b>	<b>46</b>
4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE .....	46
4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: O ACESSO DOS JOVENS DA ESCOLA SILVA PAES.....	51
<b>5 CONCLUSÕES .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da categoria juventude pode ser feita a partir de diferentes perspectivas, permitindo assim entender as especificidades e necessidades de cada sujeito que a compõe. A população jovem pode ser identificada partindo de delimitação etária, pessoas entre os 14 e 24 anos de idade, ou ainda como fase transitória, onde os jovens estariam saindo da imaturidade da infância, se preparando, para assumir as responsabilidades da vida adulta. No entanto, devido à grande desigualdade social existente no âmbito da sociedade brasileira, há necessidade de uma análise mais atenta nas possibilidades experienciadas pelos jovens nessa fase da vida, permitindo traçar um entendimento plural da categoria, evidenciando os anseios e as perspectivas de futuro destes sujeitos.

Diante do exposto verificamos no município de Rio Grande, através do Censo de 2010, que uma parcela significativa da população é jovem. Porém, consideramos que o contexto socioespacial estabelece uma série de possibilidades e impossibilidades nas oportunidades de vivências das juventudes no município. Logo, buscamos responder as seguintes questões com essa pesquisa: **Como é a vivência das juventudes periféricas no município do Rio Grande? As condições socioespaciais em que estão inseridos esses jovens têm implicações nessas vivências?**

Os jovens são importantes atores na construção da história nacional, mas só recentemente tornaram-se tema de pauta política, conquistando importantes avanços na defesa e garantia dos direitos. A categoria juventude já é assunto de investigações acadêmico-científicas há mais tempo, no Brasil, servindo como subsídios para a elaboração e definição das políticas públicas voltadas especificamente para esses sujeitos. A configuração urbana das cidades brasileiras pode variar de acordo com os processos sociais que esta sofreu ao longo da história, tornando heterogênea a experiência em morar em cada bairro periférico, de tal forma que as vivências dos sujeitos podem variar, de acordo com as possibilidades de acesso às oportunidades de cada cidadão segundo o contexto socioeconômico.

Nesse sentido, foi necessária uma pesquisa de cunho exploratório, utilizando os dados disponíveis no banco de dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que possibilitou a construção de uma compreensão das características da população jovem do município do Rio Grande – RS. Também se fez necessária uma pesquisa de campo para compreender mais

características das vivências de jovens das periferias atendidas pela Escola Estadual E.M. Brigadeiro José da Silva Paes do município, entendendo quais oportunidades esses jovens têm acesso. Esta pesquisa se deu através da realização de Grupos Focais, onde foram empregadas técnicas como a construção de Ciclos Diários e rodas de conversa, afim de permitir a compreensão dos argumentos dos jovens que vivem em periferias urbanas sobre os contextos socioespaciais onde residem.

### 1.1 Justificativa

A temática desta pesquisa não surge a partir de um evento específico, inicia-se no meu primeiro semestre da graduação quando ingresso no Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes Estatísticos – SabEst. O grupo tem como enfoque a formação de professores e a Educação Estatística, neste, buscamos iniciar e qualificar nossa identidade e prática docente, contribuindo com a Educação Estatística. No amparo deste grupo desenvolvemos atividades de ensino com jovens alunos em contexto de vulnerabilidade socio-econômica e ambiental que realizam cursos pré-profissionalizantes no Centro de Convívio Meninos do Mar – CCMar, da FURG. Assim como, fiz parte do Grupo de Pesquisa e Extensão Rede de estéticas, culturas e formação na/da cidade - RECIDADE também da FURG, vinculado ao CNPq, o qual estuda dentre outros assuntos, as presenças das juventudes nas cidades. Dessa forma fui trilhando um caminho que me direcionava ao estudo das juventudes, mas concretizo o interesse pelo tema quando ao fim da disciplina de Geografia da População somos convidados pelo professor, que nesse momento atua como orientador dessa pesquisa, a construir um livro a partir dos trabalhos elaborados durante a disciplina. O trabalho que escrevi intitulou-se “As juventudes no município do Rio Grande: possibilidades e impossibilidades”, teve como objetivo caracterizar e compreender a realidade vivida pela população jovem do município e mais especificamente dos jovens estudantes da Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes.

Não coincidentemente, este grupo de jovens foi escolhido pois estudei na Escola Silva Paes, por sete anos, durante os anos finais do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio, assim como também sou morador de um bairro periférico atendido pela instituição. Dessa forma, também me entendo como um dos sujeitos investigados nesta pesquisa, pois comunguei da mesma estrutura socioeconômica que estes jovens. Então

vi a oportunidade de realizar um estudo que oportunizasse a promoção da compreensão desta população com propriedade e compromisso com a causa.

O estudo sobre a população jovem do município do Rio Grande me permitiu colocar em prática e ampliar meus conhecimentos acadêmicos, desenvolvendo a escrita científica com criatividade. Possibilitou também que eu estabelecesse uma análise descritiva e inferencial a partir de dados populacionais. O entendimento e análise das características da população jovem do município poderá contribuir como referencial para a compreensão de outras populações e problematizar sobre possibilidades de vivências das juventudes. Ao compreender as características dos jovens riograndinos, se torna possível identificar as suas especificidades, permitindo que esses sejam compreendidos na sua integralidade favorecendo os processos de gestão pública.

A compreensão das vivências das juventudes de bairros periféricos me permitiu ter contato com uma pesquisa de campo em contexto de escola pública, ou seja, para além de uma atividade de pesquisa também contribuiu com o meu desenvolvimento como professor de Geografia, com uma formação ampla onde pude desenvolver a escuta sensível à realidade dos alunos. A compreensão das vivências de jovens oriundos da periferia tenta contribuir com estudos que venham a se estabelecer entorno da mesma temática, possibilitando que sejam construídas novas epistemologias, além de visibilizar a compreensão dos hábitos de utilização dos espaços urbanos. Ao compreender como é a vivência destes jovens será possível identificar as suas necessidades, ouvindo-os, possibilitando que sejam traçadas estratégias, democráticas, para a melhoria das suas vivências.

O processo de prognosticar as ações necessárias à promoção de maior equidade de oportunidades para os jovens do município de Rio Grande, mobilizou diversos conhecimentos que associados às práticas de intervenção, me permitiu compreender a dimensão da *práxis* como geografo-docente com habilidades de reflexão crítica, inferenciais e interventivas. Este processo, por sua vez, se insere em um contexto em que buscou-se construir uma Geografia a serviço da sociedade, para superar as desigualdades socioespaciais, produzindo conhecimentos atinentes ao âmbito da economia, educação, saúde e segurança pública. Nesse sentido, esse trabalho buscou refletir sobre ações necessárias para que se alcance um contexto de maior equidade entre os jovens do município. Acredita-se que na medida em que essas discussões forem apropriadas pelo Estado abre-se espaço para resultados futuros no âmbito de uma sociedade democrática e que supere parte das desigualdades sociais.

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar as características das juventudes no município do Rio Grande – RS destacando questões socioespaciais e suas implicações nas vivências das juventudes em contexto de periferia urbana

### 1.2.2 Objetivos específicos

#### 1.2.2.1 Caracterizar os jovens do município do Rio Grande

1.2.2.2 Compreender as vivências das juventudes de bairros periféricos do município de Rio Grande – RS

1.2.2.3 Diagnosticar ações necessárias à promoção de maior equidade de oportunidades para os jovens do município Rio Grande

## 1.3 Apontamentos metodológicos

### 1.3.1 Etapa 1

#### 1.3.1.1. A Análise quantitativa de dados do Censo Demográfico de 2010

Esta etapa da pesquisa apresenta caráter quantitativo, que segundo Malhotra (2001) visa quantificar os dados e aplicar alguma forma da análise estatística. Para essa análise foram utilizados dados obtidos a partir de fonte secundária (LIMA, 2016). A princípio, selecionou-se os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, dos 319 setores censitários do município do Rio Grande – RS, relativos as seguintes planilhas: *Responsável01*, *Responsável02*, *Pessoa02*, *Pessoa03*, *Pessoa04*, *Pessoa06*, *Pessoa11*, *Pessoa12*, *Pessoa13* e *PessoaRenda*. A partir da consulta na íntegra das referidas planilhas, extraiu-se as informações referentes a população entre 14 e 24 anos de idade, quando não foi possível selecionar esta faixa etária devido à disposição dos dados serem feitas por faixas etárias diferente da qual trabalhamos, utilizamos a faixa etárias que incluía a população de interesse.

Dessa forma selecionamos as seguintes variáveis: jovens entre 10 e 24 anos de idade residentes e alfabetizados do município de Rio Grande – RS por sexo e cor ou raça; Jovens entre 14 e 24 anos de idade responsáveis pelo domicílio e que são

Cônjuges ou companheiros(as) de sexo diferente no município de Rio Grande – RS por sexo. Os dados extraídos foram aglutinados em uma nova planilha, permitindo a realização das estatísticas, gerando gráficos e tabelas para facilitar a comunicação e compreensão das características desses sujeitos.

### 1.3.2 Etapa 2

#### 1.3.2.A Realização e análise dos Grupos Focais

Esta etapa da pesquisa apresenta características de uma abordagem qualitativa, partindo de um estudo de interações cotidianas, investigando fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (ALONSO, 2016). Nesta direção, buscou-se investigar através de Grupos Focais, os argumentos existentes, permeados pelas experiências vividas das juventudes nas periferias atendidas pela Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes do município do Rio Grande. Grupo Focal é uma técnica de pesquisa qualitativa para compreender as concepções e percepções dos participantes sobre um tema específico, de forma discursiva, por meio da exposição de seus pontos de vista, conduzida por um moderador, que preze pelo equilíbrio nas falas e foco em direção do tema proposto (ALMEIDA, 2016).

#### Primeiro momento: construção e análise dos ciclos diários

As discussões geradas nos Grupo Focal (GF) partiram da construção dos Ciclos Diários e de uma pergunta problematizadora. O GF foi conduzido pelo pesquisador que assumiu o papel de moderador, tentando preservar uma homogeneidade no tempo de cada participante. Foram realizados quatro Grupos focais, onde cada encontro durou em média uma hora e trinta minutos. Os participantes foram estimulados a colocarem suas opiniões de forma espontânea, destacando que as mesmas não seriam julgadas como certas ou erradas, mas valorizadas como vivências importantes.

Destaca-se que esta parte da pesquisa de campo foi realizada durante o mês de dezembro do ano de 2021, participando dos grupos em questão, 56 Jovens entre 14 e 19 anos de idade, moradores do município de Rio Grande – RS, estudantes da Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes, das turmas de oitavo e nono ano do ensino fundamental e das turmas de primeiro e terceiro ano do Ensino Médio<sup>1</sup>. Esta técnica permitiu compreender como eles despendem seu tempo e quais são as atividades que realizam no decorrer das 24 horas de um dia normal dos jovens, conforme a figura 1.

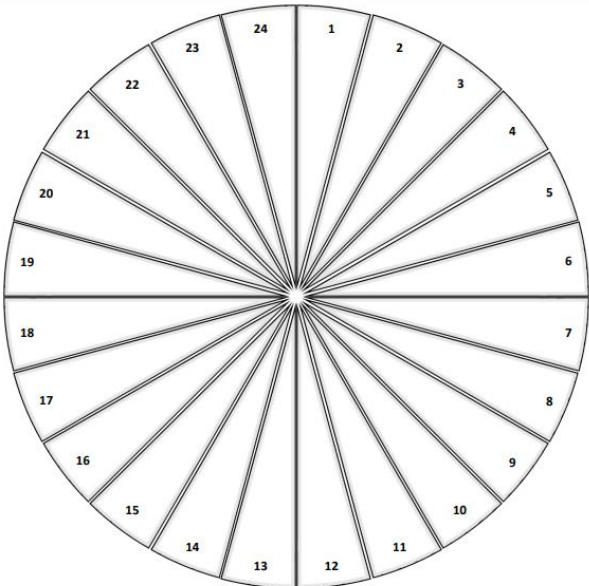
---

<sup>1</sup> Essas foram as turmas disponibilizadas pela direção da escola para participarem da atividade.

Figura 1 - Ciclo diário.

**Ciclo diário – 24 horas**

Nome: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Gênero: \_\_\_\_\_  
Cor: \_\_\_\_\_  
Trabalho: \_\_\_\_\_  
Turma: \_\_\_\_\_



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessa direção, os Grupos Focais foram planejados em quatro momentos, sendo eles: 1) apresentação do mediador e da proposta da oficina; 2) apresentação dos participantes em uma atividade de integração; 3) construção individual do seu Ciclo Diário, previamente impresso, preenchendo segundo as categorias: Descanso, Estudo, Trabalho, Trabalho Doméstico, Lazer, Esporte e Relações Interpessoais, em concordância com as atividades que realizam ao longo do seu dia. Foram identificadas, também, informações como idade, gênero, cor e função exercida caso trabalhe; 4) e por fim realizou-se, o questionamento sobre as percepções da juventude em que vivem, se acreditavam estar vivendo da melhor maneira possível.

Os GF foram realizados na Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes, essa foi definida por uma escolha pessoal minha, uma vez que eu sou morador de um bairro atendido pela instituição, bem como, por ter sido aluno durante sete anos. Acabei cursando os anos finais do ensino fundamental e o Ensino Médio na instituição, concluindo minha formação no ano de 2015.

Na realização do GF foram construídos individualmente os Ciclos Diários, esses foram analisados individualmente dando origem a uma planilha que calculou o tempo total de cada jovem empregado em cada uma das categorias já mencionadas.

Também foram organizados gráficos de ciclos diários coletivos, sendo cinco ao total, um geral com as informações de todos os participantes e outros quatro específicos, considerando gênero e raça, elaborados a partir da sobreposição dos ciclos diários

individuais. Dessa forma, estes representam a concentração de tempo dedicado as categorias, já mencionadas. Esses dados foram analisados, com suporte das transcrições dos áudios dos encontros, a fim de compreender os principais argumentos que expõem possibilidades vividas pelas juventudes.

Segundo momento: diálogo sobre oportunidades em bairros periféricos e necessidade de políticas públicas

Ainda sobre um caráter qualitativo, foi empregada uma a técnica de análise documental (SÁ-SILVA ET AL, 2009) das políticas públicas federais, vigentes, destinadas aos jovens dentro da faixa etária de interesse para a pesquisa, 14 a 24 anos. Para tal, foi feito um levantamento através dos sites do Governo, possibilitando que essas fossem sumarizadas e organizadas, elaborando uma tabela, distribuindo as políticas públicas entre os seguintes temas: Descanso, Lazer, Estudo, Trabalho, Relações interpessoais, Esporte e Saúde. Em algumas destas categorias não foram encontradas políticas específicas. No entanto, essa etapa quando realizada, possibilitou que fossem identificadas as áreas de maior e menor atuação do poder público direcionadas a parcela jovem da sociedade.

Na sequência, foram desenvolvidos mais dois Grupos Focais, realizados em dois encontros com duração média de uma hora e trinta minutos cada, um com um grupo do 1º ano do Ensino Médio e outro com um grupo do 3º ano do Ensino Médio. O encontro teve como tema central “As experiências de se viver em uma periferia”, desenvolvidos a partir das seguintes variáveis: Descanso, Lazer, Estudo, Trabalho, Relações interpessoais, Esporte, Saúde, Drogas e Violência. As questões destacadas foram sintetizadas, respeitando a dinâmica estabelecida em cada grupo, assim, foram apresentados os conceitos e definições de políticas públicas, bem como as próprias políticas públicas existentes as quais eles são/deveriam de ser beneficiários, fomentando assim um debate a respeito dessas políticas e se eles identificam presenças/ausências dessas em algum aspecto de suas vidas.

## **2 AS JUVENTUDES DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**

Os jovens e as juventudes são temas emergentes nas sociedades modernas, tornando-se o centro de investigações científicas e, progressivamente, sendo percebido pela gestão pública brasileira como importante no desenvolvimento social e econômico do país. Nesse sentido, este capítulo busca apresentar algumas definições que nos



permitem compreender o significado de ser jovem na contemporaneidade e as diferentes possibilidades em vivenciar a juventude, iniciando pelas principais definições e abordagens da categoria juventude, assim como, dos sujeitos que a compõem a partir de autores como Melucci (1967), Levi e Schmitt (1996), Sposito e Carrano (2003), Abramos (1994, 2007), Silva e Lopes (2009) e Carrano (2013).

Para construir algumas representações dessa parcela jovem da sociedade, na sequência, será apresentada uma caracterização quantitativa da população jovem rio-grandina, pessoas com idade entre 14 e 24 anos. Para tal intenção, utilizamos os dados do IBGE do Censo de 2010 do mesmo município, a estes dados foram empregadas estatísticas, organizando-os a fim de permitir uma compreensão ampla destes sujeitos.

Diante do exposto este capítulo objetiva caracterizar os jovens do município do Rio Grande.

## 2.1 OS JOVENS E AS JUVENTUDES: ALGUMAS DEFINIÇÕES

A juventude pode ser analisada sob a luz de diferentes ciências e perspectivas, a psicologia e a biologia esforçaram-se para identificar os aspectos fisiológicos e psíquicos envolvidos no desenvolvimento dos jovens, para a sociologia interessa compreender as relações sociais experienciadas pelos jovens. Conforme apontado por Abramos (1994), o termo juventude usualmente é utilizado para se referir a uma faixa etária, um período da vida entre a infância e a idade adulta. No entanto, as definições de juventude são socialmente variáveis, contendo distintas denotações aos sujeitos ao longo da história, das civilizações, dos contextos sociais e econômicos em que os jovens estão inseridos. Levi e Schmitt apontam-nos variáveis importantes a aceção da conceituação:

De um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX... Tampouco se pode imaginar que a condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 17).

Através dos distintos processos históricos e culturais os jovens e a juventude passam a adquirir significados e delimitações diferentes, necessitando uma constante manutenção dos conceitos estabelecidos. Sendo assim, na contemporaneidade os muitos estudos que se realizaram entorno destes sujeitos permitiram que nossa

compreensão fosse alargada, abrangendo as várias formas de ser jovem e seus “modos de viver”.

De acordo com Carrano (2013), existem correntes que buscam a definição da juventude por marco etário, essa que possui elementos basilares no âmbito da perspectiva biológica são voltados ao desenvolvimento acelerado de aspectos fisiológicos. A esta perspectiva, frequentemente, integra-se a compreensão psicológica dos jovens, onde são analisados os processos comportamentais e psíquicos envolvidos no alcance da maturidade. Esses eventos tendem a se coincidirem. Dessa forma, os marcos etários contribuem para a análise demográfica de uma determinada população, servindo de subsídios para diversos setores da sociedade, como para a gestão pública no desenvolvimento de políticas voltadas para os jovens. No entanto, reduzir a complexidade da existência juvenil apenas a sua idade não daria conta de compreender as suas especificidades, produzidas por meio dos diferentes contextos, envolvendo elementos simbólicos, culturais, econômicos e sociais que estruturam as sociedades (CARRANO, 2013).

A juventude é uma categoria sociológica surgida no ocidente ao fim da segunda guerra mundial (PERALVA, 2007). Esta abarca as diversas relações sociais que se estabelecem no entorno dos jovens, bem como busca perceber as múltiplas formas de ser e estar no mundo (SILVA; LOPES, 2009). A perspectiva sociológica amplia a compreensão da categoria para uma pluralidade de possibilidades e impossibilidades, pois abrange todos os conflitos envolvidos na inclusão dos sujeitos à sociedade, tornando-se, portanto, a mais relevante para o presente estudo (SPOSITO; CARRANO, 2003).

A concepção sociológica clássica da Juventude de acordo com Abramós (2007), tem um caráter funcionalista, entendendo os jovens em um período transitório entre a infância e a idade adulta, preparando-os para se integrarem à sociedade e a desempenhar as funções dos adultos. Ainda em conformidade com a autora,

É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto pela interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nessa oportunidade que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo consequências para ele próprio e para a manutenção da coesão social. (ABRAMOS, 2007, p. 79)

Nesse sentido, não há muito espaço de liberdade aos jovens para traçarem suas próprias aspirações ao futuro, estas já estão definidas a partir das vivências daqueles

que os ensinam, daqueles que trocam conhecimentos, dos que os preparam e sobretudo daqueles que os contratam. Sendo assim, a juventude é uma fase a qual todos os adultos vivenciaram, alguns com mais ou menos direitos garantidos, “implicando na necessidade de uma leitura coletiva e heterogênea dos sujeitos que a compõem” (GREQUE, 2022, – *IN PREP*).

Sobre uma concepção etária, no Brasil existe o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens, definindo-os entre 15 e 29 anos de idade. Contudo, este estudo possui o trabalho como uma dimensão importante para o desenvolvimento de suas análises, uma vez que o exercício de atividades remuneradas na tenra idade seja evidência atinente para a compreensão das vivências dos jovens sujeitos, portanto usaremos a “Lei dos Aprendizês” como referência, que determina entre outras coisas, que os jovens aprendizês são as pessoas entre os 14 e 24 anos de idade.

Posto isso, entendemos que o critério idade como demarcador desta categoria é insuficiente visto a diversidade de realidades sociais, econômicas e culturais existentes em nossa sociedade. Nesse sentido, ressaltamos que a delimitação etária deve nos servir como base para uma análise demográfica, a qual possibilita uma identificação do contingente jovem de uma população, porém outras características são necessárias para uma compreensão qualificada, abarcando maiores detalhamentos das vivências heterogêneas desses sujeitos.

Autores como Silva e Lopes (2009) indicam diferentes concepções, amplamente estudadas, sobre esta categoria: a juventude como um período preparatório, onde os jovens estão em transição entre a ingenuidade da infância para as responsabilidades da vida adulta; a juventude como etapa problemática, onde a ênfase está nos comportamentos de risco e transgressões que “ameaçam” a ordem social; o jovem como ator estratégico do desenvolvimento, onde o foco são os sujeitos como capital humano e social; e por fim o jovem como sujeito de direitos, onde são compreendidos como indivíduos integrais no exercício de sua cidadania.

Nesse sentido, autores como Sposito (2005) apontam que as atividades de sono, lazer, educação, trabalho, relações interpessoais, esporte e saúde desempenham papéis importantes para a socialização e inclusão dos jovens à sociedade. O período dedicado a realização de atividade de esporte beneficia os aspectos sociais e físicos dos jovens, possibilitando uma constituição corporal saudável, assim “o esporte tem sido um importante aliado na vida dos jovens, pois, promove a integração e inclusão social,

na qual, mantém o corpo saudável e a mente ocupada, na esperança de vida melhor, muitas vezes longe da criminalidade, das drogas.” (PAIVA, 2019, p.8).

Nesse sentido o período dedicado ao descanso, principalmente o sono noturno mostra-se importante para a promoção do desenvolvimento saudável dos jovens, influenciando tanto aspectos psicológicos e cognitivos quanto a saúde física:

o sono noturno constitui, por excelência, o período de descanso mais importante do ciclo circadiano. Ele é responsável pelo crescimento físico, biológico e mental na adolescência, sendo a fonte de renovação das funções orgânicas de todo ser humano. É um elemento básico para o equilíbrio emocional, o desenvolvimento das faculdades cognitivas e a ampliação das habilidades de trabalho. (FLÁVIA DUARTE ET AL, 2020, p.9)

As atividades com a finalidade de lazer apresentam um caráter lúdico, ou seja, essas atividades possibilitam que os jovens tenham felicidade ao vivê-las. Assim permitem que os jovens passem a se compreender como indivíduos autônomos e ainda elaboram suas representações dentro de um grupo. Nesse sentido, Abramo (1994) compreende o lazer como uma dimensão significativa para os jovens, pois trata-se de um momento importante para o desenvolvimento da sociabilidade e da construção de identidades individuais e coletivas. A prática dessas atividades muitas vezes é feita em conjunto com outras pessoas, beneficiando-os também com as interações sociais, como afirma Onofre (2016),

As interações/relações permitem, portanto, que os indivíduos se construam, criem suas identidades, se formem para a vida em sociedade, a partir do contato com as diversas culturas, crenças, com os diversos modos de ser, pensar e agir. As práticas sociais podem então enraizar como desenraizar ou levar a criar novas raízes. (p. 47)

Portanto, as relações interpessoais realizadas pelos jovens nessa fase da vida são importantes para a construção das suas sociabilidades e também moldam suas identidades como sujeitos.

Autores como Dayrell (2007) compreendem que a formação educacional dos jovens vai além do processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas escolas, inclui também a educação informal que ocorre nos demais ambientes. A educação possibilita o desenvolvimento social, e deveria formar sujeitos críticos e autônomos nas suas decisões, no entanto a educação formal que temos hoje está mais focada no preparo dos jovens para uma atuação profissional. No Brasil as questões de ordem social estão fortemente atreladas ao mercado de trabalho, tal qual a ótica sociológica funcionalista da juventude, preparando os jovens como força de trabalho para o desempenho das atividades “adultas”. Nesse sentido os autores afirmam:

[...] o padrão brasileiro de intervenção na área social está vinculado aos padrões de reprodução dados pela sociedade salarial, ou seja, os direitos sociais estão essencialmente condicionados ao mercado formal de trabalho. Dessa forma, permanece a contradição da regulação do Estado - que deve cuidar dos segmentos da sociedade que importam para os projetos econômicos vigentes, em detrimento das questões sociais amplas. (SILVA E LOPES, 2009, p.93)

Diante do exposto, no quadro 1 apresentamos uma síntese das abordagens teóricas utilizadas para a compressão ampla da categoria juventude, apresentando os principais entendimentos das dimensões da vida dos jovens.

Quadro 1 - Grade teórica

Variáveis	Compreensão	Autores
<b>Descanso</b>	“o sono noturno constitui, por excelência, o período de descanso mais importante do ciclo circadiano. Ele é responsável pelo crescimento físico, biológico e mental na adolescência, sendo a fonte de renovação das funções orgânicas de todo ser humano. É um elemento básico para o equilíbrio emocional, o desenvolvimento das faculdades cognitivas e a ampliação das habilidades de trabalho.”	(FLÁVIA DUARTE ET AL., 2020, p.9)
<b>Lazer</b>	Lazer é uma dimensão significativa para os jovens, pois trata-se de um momento importante para o desenvolvimento da sociabilidade e construções de identidades individuais e coletivas	Abramo (1994)
<b>Estudo</b>	A formação dos jovens promovida pela educação vai além do processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas escolas, incluindo também a educação informal que ocorre nos demais os ambientes. Estas possibilitam o desenvolvimento social e preparação para a atuação profissional.	DAYRELL (2007)
<b>Trabalho</b>	“o padrão brasileiro de intervenção na área social está vinculado aos padrões de reprodução dados pela sociedade salarial, ou seja, os direitos sociais estão essencialmente condicionados ao mercado formal de trabalho. Dessa forma, permanece a contradição da regulação do Estado - que deve cuidar dos segmentos da sociedade que importam para os projetos econômicos vigentes, em detrimento das questões sociais amplas.”	(SILVA; LOPES, 2009, p.93)
<b>Relações interpessoais</b>	“As interações/relações permitem, portanto, que os indivíduos se construam, criem suas identidades, se	(ONOFRE, 2016, p. 47)

---

formem para a vida em sociedade, a partir do contato com as diversas culturas, crenças, com os diversos modos de ser, pensar e agir. As práticas sociais podem então enraizar como desenraizar ou levar a criar novas raízes.”

---

**Esporte** “o esporte tem sido um importante aliado na vida dos jovens, pois, promove a integração e inclusão social, na qual, mantém o corpo saudável e a mente ocupada, na esperança de vida melhor, muitas vezes longe da criminalidade e das drogas.” (PAIVA, 2019, p.8)

---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sendo assim, a existência de muitas variáveis que influenciam na concepção das juventudes e nas experiências vivenciadas, torna necessária uma análise dos contextos socioeconômicos dos jovens, compreendendo as implicações que estas realidades podem exercer sobre tal fase da vida. Nesse sentido, na continuidade iremos apresentar algumas informações a respeito destes sujeitos que compõem a referida categoria, construindo uma caracterização sobre os jovens rio-grandinos.

## 2.2 OS JOVENS DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

A população rio-grandina, de acordo com o último Censo do IBGE de 2010, é composta por 197.228 pessoas, destes, 24,05% estão entre 10 a 24 anos de idade<sup>2</sup>, constituindo a parcela jovem do município. A população jovem rio-grandina, apresenta uma composição racial desigual. Percebe-se também um desequilíbrio na concentração populacional nas faixas etárias de 10 a 14 e 20 a 24 anos, sendo estas responsáveis por 67,35% do total desta população, como é possível observar no Quadro 2:

Quadro 2 - Pessoas jovens residentes no município do Rio Grande - RS por sexo e ou cor ou raça:

Faixa etária	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
10 a 14	6178	6012	700	705	24	23	1135	1103	10	8
15 a 17	3583	3487	450	455	15	19	609	637	17	18
18 a 19	2421	2427	268	287	13	14	379	372	6	7
20 a 24	6278	6411	760	729	31	31	942	840	17	12

Fonte: Censo 2010.

---

<sup>2</sup> Diferentes idades foram utilizadas pois a estrutura dos dados do Censo 2010, em algumas situações, estavam disponibilizados por faixas etárias.

Conforme o quadro 2, a parcela jovem que compõem a população residente de Rio Grande, apresenta um equilíbrio quanto ao gênero que a constitui, pois 50,25% são homens e 49,75% mulheres. Da população masculina 77,44% se autodeclararam brancos, 12,86% são pardos, 9,14% são pretos, 0,35% são amarelos e 0,21% são indígenas. Quanto a população feminina temos que 77,71% se autodeclararam brancas, 12,51% são pardas, 9,22% são pretas, 0,37% são amarelas e 0,19% indígenas.

De acordo o quadro 3, na faixa etária entre 10 e 24 anos, 1,75% dos homens e 0,99% das mulheres são analfabetas. A população indígena apresenta taxa de analfabetismo de 0%, em ambos os sexos, com nenhum analfabeto para o recorte etário<sup>3</sup>. A população masculina jovem apresenta as maiores taxas de analfabetismo, onde autodeclarados pardos possuem 2,8%, amarelos 2,4%, brancos 1,5%, e pretos 1,42%. Quando se trata da população jovem feminina temos as menores taxas de analfabetismo, onde autodeclaradas brancas possuem 0,88%, pretas 1,38%, amarelas 1,15% e pardas 1,35%.

Quadro 3 - Pessoas jovens residentes alfabetizadas no município de Rio Grande – RS por sexo e cor ou raça

Faixa etária	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Sexo										
10 a 14	6066	5940	679	693	23	22	1096	1091	10	8
15 a 17	3535	3460	441	451	15	19	593	630	17	18
18 a 19	2389	2416	261	287	12	14	369	365	6	7
20 a 24	6192	6359	746	715	31	31	921	826	17	12

Fonte: Censo 2010.

De acordo com o quadro 4, um total de 3989 jovens de idade entre 14 e 24 anos eram responsáveis pelo domicílio ao qual residiam, destes 2036 eram mulheres e 1953 eram homens. Isso corresponde a um contingente de 2,1% maior de mulheres responsáveis pelos domicílios que os homens. Quando analisamos dentre estes apenas os menores de idade, entre 14 e 17 anos, a discrepância de homens em relação às mulheres se torna ainda maior, pois 331 jovens nesta faixa etária estão nessa situação. Destes, 216 são mulheres e 115 homens, resultando em uma taxa de 87,82% a mais de mulheres responsáveis pelos seus domicílios.

<sup>3</sup> A baixa taxa de analfabetismo dentre a população indígena resulta-se da baixa presença destes

Quadro 4 - Jovens responsáveis pelo domicílio no município de Rio Grande – RS por sexo

<b>Sexo/idade</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>
Mulher	24	44	50	98	116	177	237	271	326	319	374
Homem	14	20	29	52	91	137	189	297	315	377	432

Fonte: Censo 2010.

No município de Rio Grande – RS, conforme apresentado no quadro 5, 3172 jovens entre 14 e 24 anos de idade estavam casados ou moravam junto de seus companheiros. Destes, 2435 eram mulheres e 737 eram homens, correspondendo a uma taxa de 330,39% maior de mulheres em união conjugal que homens. O que nos leva a concluir que as mulheres estão se relacionando mais cedo e com homens mais velhos. Mas ao analisarmos nestes mesmos parâmetros apenas a parcela correspondente aos menores de idade, de 14 a 17 anos de idade, a taxa tornasse ainda mais desproporcional, pois dos 209 nesta situação, apenas 20 são homens e 189 mulheres. Dessa forma, resultando em uma taxa 945% maior de mulheres vivendo em relação conjugal que homens, ou seja, estas jovens mulheres encontram-se em relações conjugais com homens mais velhos.

Quadro 5 - Cônjuges ou companheiros(as) de sexo diferente

<b>Sexo/idade</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>
Homem	5	1	0	14	29	49	75	91	121	162	190
Mulher	9	30	56	94	153	211	266	292	374	434	516

Fonte: Censo 2010.

Conforme apresentado no quadro 6, o contingente populacional jovem que trabalha na faixa etária de 10 a 14 anos, considerando a concentração por grupo de cor, temos que os pretos possuem as maiores taxas, seguidos pelos pardos e brancos. Enquanto nas faixas etárias entre 15 e 19 anos, a população parda possui as maiores taxas, seguidos dos brancos e pretos. Já nos jovens de 20 a 24 anos, temos as maiores taxas entre os pardos e pretos, sendo que os brancos estão 5,72%, em média, a menos nessa situação. O que nos levar a compreender que a população preta começa a trabalhar mais cedo, seguidos pela população parda e ambas apresentam a maiores taxas de jovens economicamente ativos.



Quadro 6 - População Jovem Economicamente Ativa (%)

Faixa etária/cor	Branca	Preta	Parda
10 a 14	3,16	3,45	3,30
15 a 19	32,60	29,36	33,81
20 a 24	66,28	71,98	72,03

Fonte: Censo 2010.

Ao analisarmos o quadro 7, considerando a situação dos domicílios e a idade dos jovens que trabalham, os residentes do meio rural nas faixas etárias<sup>4</sup> entre 10 e 14, e 15 e 19 anos, quando alcançados pela amostra, possuem as maiores taxas no exercício de atividades econômicas. Enquanto os jovens do meio urbano apresentam as maiores taxas entre a população de 20 a 24 anos, com exceção das jovens pardas em mesma faixa de idade. Assim, temos que no município de Rio Grande até os 19 anos os jovens do meio rural são os que mais realizam atividades laborais, essa situação se inverte a partir dos 20 anos, quando os jovens do meio urbano se tornam mais ativos. Portanto, podemos inferir que os jovens do meio rural iniciam o exercício de atividades econômicas antes que a população jovem urbana. Cabe ressaltar que devido a idade dos mais jovens, entre 10 a 14 anos, estão inseridos de forma informal no “mercado” de trabalho. Por si só, tal situação, já configura crime uma vez que nossa legislação não permite que menores de 14 anos trabalhem sobre nenhuma hipótese, sendo permitido apenas a partir dos 14 anos como aprendiz (BRASIL, 2000, 2005).

Quadro 7 - População Jovem Economicamente Ativa, por cor, sexo e situação do Domicílio

	Branca				Preta				Parda			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 14	2,53	3,56	11,11	4,44	6	0,92	0	0	3,51	2,76	12,30	0
15 a 19	34,93	29,62	40,21	39,49	30,85	25,51	70,37	100	37,21	30,78	44,44	0
20 a 24	75,87	57,20	64,61	57	83,71	68,44	0	0	85,77	56,27	33,33	100

Fonte: Censo 2010.

Ainda conforme o quadro 7, temos que as atividades econômicas da população branca concentram-se entre os jovens da faixa etária de 20 a 24 anos, tanto no meio urbano quanto rural. Do contingente populacional preto as maiores taxas se

<sup>4</sup> Para esse quadro foram utilizados dados da amostra do Censo de 2010, logo os valores que aparecem zero não querem dizer que não existem pessoas nessas condições, mas que não foram alcançadas pela amostra.

estabelecem dentre a faixa etária 15 a 19 anos no meio rural e 20 a 24 anos do meio urbano. A população parda detém as maiores taxas entre os jovens da faixa etária de 20 a 24 anos, tanto no meio urbano quanto rural, com exceção dos homens do meio rural que estão nessa situação entre a faixa etária de 15 a 19 anos.

Desta forma, neste capítulo, através dos dados do Censo de 2010 traçamos o perfil da população jovem do município do Rio Grande – RS, estes, concentravam-se nas faixas etárias de 10 a 14 e 20 a 24 anos, divididos de maneira bastante equilibrada entre homens e mulheres, dos quais, aproximadamente, 75% são brancos. Dos jovens homens 2,2% e 1,2% das mulheres são analfabetos. Desta população, as mulheres são frequentemente mais responsáveis pelos domicílios que os homens, sendo intensificada entre os jovens menores de idade. Da população juvenil que vive em relação conjugal, as mulheres encontram-se nessa situação 53,53% a mais que os homens. Dos jovens que trabalham, os homens brancos e pardos do meio rural na faixa etária de 10 a 14 anos são os que mais se encontram exercendo atividades econômicas, já no meio urbano, os homens brancos e pardos destacam-se na faixa etária de 20 a 24 anos.

Portanto, para que seja possível compreender as especificidades do cotidiano dos jovens que vivem nas periferias urbanas do município do Rio Grande – RS, o capítulo seguinte apresenta alguns conceitos e definições pertinentes para compreensão das áreas que compõem o espaço urbano de uma cidade. Para tanto, destacou-se os entendimentos sobre as áreas periféricas dos municípios, bem como, visaram apresentar a vivência dos jovens alunos de uma escola periférica do município.

### **3 AS JUVENTUDES PERIFERICAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE: OS BAIROS ATENDIDOS PELA ESCOLA SILVA PAES**

A organização urbana é reflexo dos processos sociais presentes nas cidades ao longo do tempo, diversos usos são empregados aos espaços urbanos, estes costumam ser segregados, sob distintas configurações, de acordo com os múltiplos interesses á determina áreas das cidades. O processo de urbanização, historicamente, estabelece as áreas centrais, industriais, residenciais, lazer e a futuras expansões urbanas. Nestes processos segregadores são geradas as periferias urbanas, que apresentam características próprias. Para tanto, os entendimentos necessários utilizaremos autores como Roberto Lobato Corrêa (1995), Sposito (2004), Arlete Rodrigues (2007), Negri (2008), Ferreira et al (2008), Ritter e Firkowski (2009) Penna e Ferreira (2014).

Assim, na sequência, também foi realizada a análise dos Ciclos Diários construídos durante os Grupos Focais, realizados na Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes, localizada em uma periferia urbana do município de Rio Grande – RS. Dessa forma, o estudo deste material possibilitou uma compreensão das práticas cotidianas dos jovens estudantes, apresentando indícios de como estão sendo vividas suas juventudes. Para uma interpretação mais próxima da realidade, foram utilizadas o entendimento dos próprios jovens sobre as suas vivências de juventude, através de recortes argumentativos.

Ainda, cabe ressaltar que a partir desse momento será utilizada a denominação negro para se referir ao grupo racial composto por pardos e pretos. Anteriormente a classificação se deu por cor (preto e pardo), pois utilizou-se as informações disponibilizadas pelo IBGE, que apresenta os dados dentro dessa acepção racial.

Este capítulo, tem como objetivo compreender as vivências das juventudes de bairros periféricos do município de Rio Grande – RS.

#### **3.1 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS PRESENTE NOS BAIROS PERIFÉRICOS**

Nas cidades encontramos o espaço urbano que se constitui no conjunto dos diferentes usos, justapostos entre si, empregados ao território. Estes estabelecem a organização espacial da cidade, definindo as áreas centrais onde concentram-se as atividades comerciais, de serviços e gestão; áreas indústrias, residências, de lazer;

áreas destinadas a expansão urbana; entre outras funcionalidades presentes na cidade para satisfazer as necessidades sociais e do capital (CORRÊA, 1995). O espaço das cidades capitalistas é constantemente reorganizado, visto que este está condicionado à sociedade, de acordo com Roberto Lobato Corrêa pode ocorrer

“[...] via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.” (CORRÊA, 1995, p. 11).

Portanto, à medida que a sociedade se modifica, altera-se a organização urbanística das cidades, sendo o espaço urbano produzido por diferentes agentes como: “A) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; B) Os proprietários fundiários; C) Os promotores imobiliários; D) O Estado; e E) Os grupos sociais excluídos.” As ações desempenhadas pelos agentes ocorrem conforme a lei, mas não são neutras, orientadas pelos interesses dos agentes dominantes. Nesse sentido, os três primeiros agentes mobilizam-se em detrimento de um objeto em comum, a apropriação da “renda da terra” (CORRÊA, 1995, p. 12).

A organização espacial das cidades capitalistas se dá em função dos processos espaciais, sendo estes de natureza social uma vez que refletem a sistematização das relações sociais estabelecidas (CORRÊA, 1995). Estes processos possibilitam a manutenção das classes sociais e o padrão de acumulação das riquezas, assim, a organização espacial expressa a desigualdade socioespacial presente nas sociedades, criadas a partir das ações dos agentes de produção do espaço. Para Negri (2008), este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial derivada da diferenciação econômica. Conforme compreende Castells

“[...] a segregação social visa, portanto, a reprodução das forças-de-trabalho, sendo estes processos que são sempre interligados e articulados com a estrutura social. Assim, a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído.” (APUD NEGRI, 2008, p. 130).

Nesse sentido, a segregação socioespacial é produto das dinâmicas sociais vigentes nas cidades, configurando a estrutura urbana de acordo com as classes econômicas das sociedades capitalistas. Dessa forma, as cidades são expressões concretas da realidade social no território, sendo possível que sejam percebidas com facilidade, entre as áreas residenciais, onde concentram-se a população com menor poder aquisitivo visto que a esses reservam-se áreas de maior déficit em infraestrutura, como aponta Rodrigues,

“Há que se destacar que quanto mais espaço urbano se produz mais elevado é o preço da terra urbanizada e mais evidente a expulsão dos trabalhadores para áreas menos “urbanizadas”. Quanto mais áreas nobres se expandem, englobando também as áreas produzidas pelos trabalhadores, maior é a renda, lucros e juros, apropriados por parcelas de classes.” (2007, p.76).

Assim, mesmo que se destinem investimentos públicos para uma melhoria de áreas onde a infraestrutura é precária ou inexistente, os mais pobres, ou seja, a classe trabalhadora não irá usufruir. O mercado através da especulação imobiliária irá promover mudanças no conteúdo social, realocando esses para periferias ainda mais distantes ou para áreas centrais deterioradas. Tal situação ocorre, pois, a população desfavorecida economicamente compreende o local onde mora como valor de uso, mas à medida que serviços urbanos são promovidos, essas áreas passam a ser mais valorizadas, agregando-as o valor de troca (RODRIGUES, 2007).

Roberto Lobato Corrêa aponta a existência de três dinâmicas sociais de segregação, sendo elas: a) o esquema de Kohl, proposto em 1841, onde as cidades eram marcadas pela segregação da elite junto ao centro enquanto nas periferias viviam os pobres; b) o esquema de Burgess, proposto em 1920, onde segregava-se no centro as residências dos mais pobres e a elite na periferia das cidades; e c) o esquema de Hoyt, em 1939, partindo agora não mais do formato concêntrico, mas sim de uma setorização partindo do centro da cidade, segregando as elites nos setores mais aprazíveis, cercados pela população de menor status à medida que se afastava dos setores ocupados pela elite (CORRÊA, 1995).

As periferias residenciais necessitam ser compreendidas a partir de suas pluralidades, devido as variadas dinâmicas que nelas se estabelecem, bem como, as distintas características de infraestrutura e os processos espaciais que envolveram as cidades ao longo do tempo. Nas periferias do território urbano, por vezes, segregam-se as camadas mais desfavorecidas economicamente e em outras configurações urbanas concentram-se os grupos economicamente privilegiados. Tal fato também pode ocorrer com os centros domiciliares urbanos, variando de acordo com as configurações urbanas da cidade analisada. No entanto, essas dinâmicas que passam a redefinir os papéis econômicos das cidades são novas do ponto de vista histórico, principalmente das de médio porte, ao reorientar a morfologia urbana possibilita-se o desenvolvimento das periferias nos centros e a centralidade na periferia (SPOSITO, 2004).

Tais categorias geográficas são observadas a partir de diversos conceitos e metodologias, mas de modo geral temos que “o centro constitui-se por meio de um

processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade.”, estas funções são associadas aos bairros centrais desde as cidades antigas, mas intensificaram em meio ao desenvolvimento do modelo econômico capitalista (SPOSITO, 2004, p.120).

Desse mesmo modo, as periferias podem ser entendidas como “locais desvalorizados, marcados pela ausência do Estado e das instituições públicas, abandonados pela lei e onde o contrato social é rompido, abrigo da população excluída socialmente e espacialmente periferizada” (FERREIRA ET AL, 2008, p.4), apresentando como características físicas “uma aparente espontaneidade em suas construções e consequente morfologias anárquicas ou então como frutos da decadência de certas áreas urbanas, em função da desvalorização economicossocial” (RITTER; FIRKOWSKI, 2009, p. 23), ainda podem estar relacionadas para além da vulnerabilidade socioeconômica, a riscos ambientais como moradias localizadas em acentuadas declividades ou suscetíveis a enchentes (PENNA; FERREIRA, 2014).

Nesse sentido, a segregação é ferramenta importante da manutenção da estrutura social, uma vez que a infraestrutura ofertada nas áreas segregadas é distinta entre si, reforçando a barreira de transição entre as classes sociais. De acordo com Negri,

“Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital.” (2008, p.136).

Sendo assim, na ótica da cidade capitalista, moradores dos bairros periféricos estão predestinados a apenas reproduzir-se como capital humano, força de trabalho, conservando dessa forma a estrutura social, pois esses sujeitos são submetidos a serviços de baixa qualidade e a precárias infraestruturas. Tais condições somadas aos desafios próprios do mercado de trabalho, dificultam ainda mais que esses sujeitos possuam oportunidades de qualificarem-se e alcançar melhores postos de trabalho com maiores retornos financeiros, preservando assim as suas situações econômicas dentro do quadro social. Penna e Ferreira (2014) corroboram tal compreensão ao afirmar que nas regiões com menores rendimentos per capita os trabalhadores possuem menores qualificações.

Dessa forma, os jovens moradores de bairros periféricos, como o restante desta população, se constituem cidadãos privados de diversos direitos estabelecidos em leis – apresentadas na sequência – que são fundamentais para as suas formações e seus desenvolvimentos sociais e biológicos. Incorporando a esses sujeitos uma vulnerabilidade política, civil, educacional e econômica, pois a estrutura de oportunidades que esses jovens têm acesso são reduzidas em função das desigualdades que formam o espaço urbano (PENNA; FERREIRA, 2014). Assim, a desigualdade refletida da configuração urbana sujeita a população jovem periférica à uma exclusão social, reduzindo o acesso destes a diversos espaços urbanos e sociais.

Portanto, para além das agruras próprias das periferias como a vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, baixa infraestrutura nos serviços prestados, e exposição a violência e drogas, viver nestes locais traz implicações no desenvolvimento pessoal e social dos jovens, resultando na exclusão social destes (SALLES ET AL, 2014). Assim se constrói, dentro da sociedade brasileira, uma visão preconceituosa ao generalizar todo jovem periférico de acordo com as características degradantes de onde vivem, reduzindo-os à essas questões, que nem sequer estão sobre seu controle. Mas o autor pontua que “a exclusão social, contudo, não se refere a um fenômeno puramente econômico na medida em que envolve formas de dominação sustentadas por relações de poder e por exclusões simbólicas, como estigmas e estereótipos” (SALLES apud SALLES ET AL, 2014, p.61).

Os preconceitos construídos com os cidadãos oriundos de bairros periféricos é uma realidade, dura que amarga a vida desses sujeitos, afastando-os inclusive de determinados empregos e profissões, por não “possuir o perfil desejado”. Dessa forma, nas favelas temos altos índices de desemprego, mão de obra ociosa, reduzidas oportunidades de trabalho e omissão do Poder Público. Assim, o comércio ilegal de drogas, frequentemente, acontece nas periferias, tornando esses espaços mais violentos e assim alimentam os preconceitos estigmatizadores na sociedade. Conforme entendem os autores,

“Estudos etnográficos apontados por Barcellos e Zaluar (2014) demonstram que há uma incidência maior de criminalidade, como o alto índice de homicídios, nas áreas próximas das dominadas por facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas em relação ao resto da cidade e apontam que nas regiões afastadas do tráfico ou das favelas, o índice de homicídio é menor, já que os criminosos protegem seu território e isso ocasiona muitas vezes em mortes de policiais, de traficantes das facções rivais ou das próprias facções.” (BARCELLOS; ZALUAR, 2014 APUD MARQUES; SANTOS, p. 2018)

Conseqüentemente, nestes embates como afirmam Sales, Santos e Leal “os jovens pobres são, assim, as principais vítimas da violência criminal, seja devido às conseqüências dos conflitos travados com a polícia, da ação de grupos de extermínio ou de rixas entre as quadrilhas.” (2009, p. 86). A população da periferia é constantemente violentada, convivem com a insegurança promovida pelo tráfico de drogas, e com a presença repressora da polícia, que indiscrimina cidadão trabalhador dos que de fato estão envolvidos com o tráfico. As periferias em sua maioria são formadas por cidadãos honestos e trabalhadores, mas que são negligenciados pelo Estado, sendo que nas vezes o que o poder público se faz presente fisicamente é através da polícia e do modelo repressor empregado por eles, que ao invés de proteger os direito à segurança pública destes sujeitos, os torna mais uma vítima do sistema.

Dito isso, a segregação espacial urbana torna heterogenia a experiência das juventudes, inclusive entre os jovens periféricos, resultando na exclusão social e exposição as já mencionadas vulnerabilidades. Essas por sua vez acabam por produzir representações preconceituosas que contribuem, paradoxalmente, para a preservação da estrutura social, urbana e dos preceitos estabelecidos sobre esses sujeitos. Assim, a atuação das políticas públicas se faz necessárias para mitigar as demandas deste contingente populacional, e vão além das necessidades ligadas as questões urbanas, sendo também importante a atuação nas áreas sociais, educacionais e econômicas.

Para tanto, na seção seguintes serão apresentadas as experiências de juventude dos estudantes de uma escola pública situada no bairro Lar Gaúcho, uma periferia urbana do município de Rio Grande – RS.

### 3.2 VIVÊNCIAS PERIFÉRICAS DOS JOVENS DA ESCOLA SILVA PAES

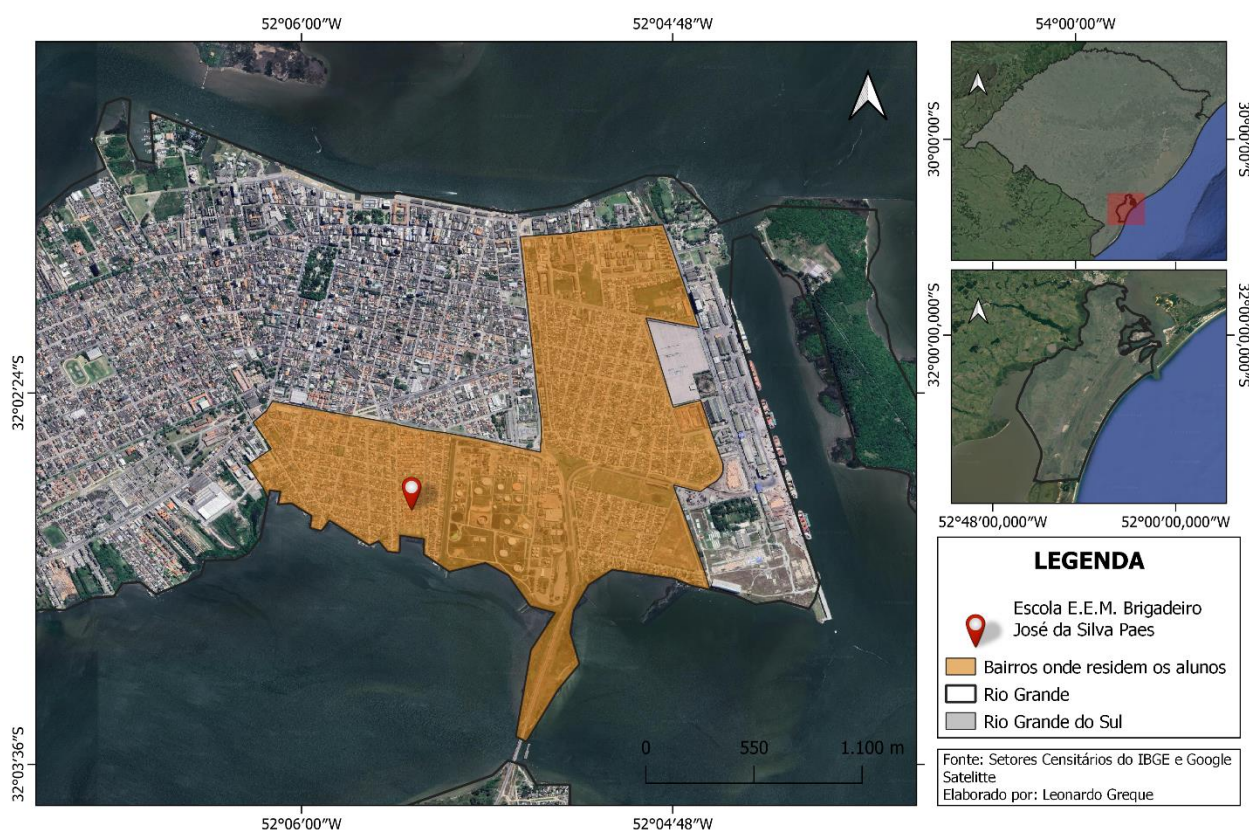
Para esta análise foram utilizadas as informações coletadas por meio da realização dos Grupos Focais, realizados na Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes, onde os alunos construíram seus Ciclos Diários individualmente. Dessa forma, a realização de tal atividade tornou possível o levantamento das práticas cotidianas dos jovens estudantes, permitindo que possamos compreender como estão dispostas suas atividades durante o dia, apontando-nos indícios de como estão sendo vividas suas juventudes. Assim como, serão expostas as compreensões dos próprios jovens sobre suas vivências de juventude, através de recortes discursivos.



Nesse sentido, a disposição de tais informações se dará em conformidade com a metodologia desenvolvida nos GFs, analisando o período dedicado para as categorias de atividades, através dos Ciclos Diários coletivos e na sequência os específicos por raça e gênero.

Os alunos atendidos pela instituição são moradores de bairros periféricos, destacados no mapa da figura 2, como o bairro Lar Gaúcho, onde a escola está localizada, ou ainda de outros bairros próximos como bairro Getúlio Vargas, Santa Teresa, Vila Santinha, Nossa Senhora dos Navegantes e Dom Bosquinho. Ao todo participaram do primeiro Grupo Focal 56 jovens de quatro turmas, as suas características são apresentadas a seguir.

Figura 2 - Mapa de localização dos bairros onde residem os alunos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na figura 2 ainda é possível observar que além dos bairros residenciais são edificadas outras funções empregadas ao espaço urbano, como a refinaria de petróleo que está localizada no bairro da escola, o complexo portuário que está justaposto a maior parte dos destes bairros e o centro da cidade que é adjacente a todos os bairros em questão.

### 3.2.1 Análise dos Ciclo Diário de todos participantes do Grupo Focal

Nesta seção serão apresentadas as características dos jovens alunos participantes dos Grupos Focais, estes como já mencionado, são moradores de bairros periféricos do entorno da Escola Estadual E.M. Brigadeiro José da Silva Paes. Assim como, serão realizadas as análises de como estes jovens estão vivenciando esta fase de suas vidas, através dos ciclos diários, permitindo que se compreende a realidade de jovens periféricos, a segregação socioespacial presente nos seus cotidianos e as possíveis implicações no futuro destes sujeitos. Para tanto, o quadro 8 dispõem as informações dos jovens participantes como idade, gênero e raça.

Quadro 8 - Estudantes participantes dos Grupos Focais por idade, raça e gênero.

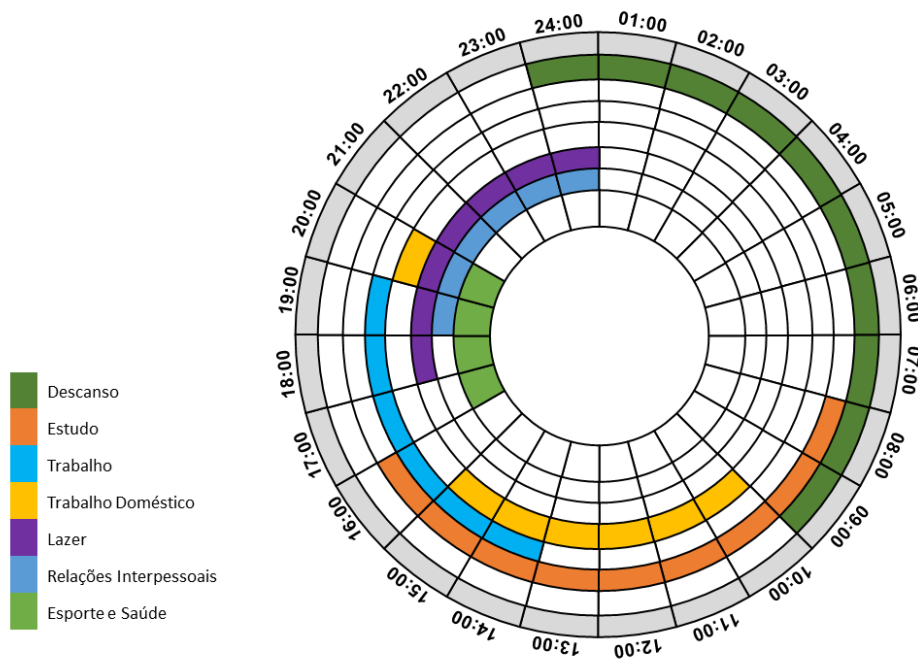
Idade/Gênero	Branco		Negro	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
14	1	5	1	3
15	8	4	1	7
16	5	0	1	2
17	2	2	5	0
18	3	0	1	3
19	1	0	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o quadro 8, observamos que 53,6% são homens e 46,4% são mulheres. Dos jovens homens, 66,66% são brancos e 33,34% são negros, enquanto as jovens mulheres são 42,30% brancas e 57,7% negras. Ainda é possível compreender que os jovens possuem entre 14 e 19 anos de idade, postos da seguinte forma: 35,7% com 15 anos, 17,8% com 14 anos, 16,1% com 17 anos, 14,3% com 16 anos, 12,5% com 18 anos e 3,5% com 19 anos.

Conforme apresentado na figura 3, as atividades de descanso concentram-se no intervalo das 0:00 horas até as 9:00 da manhã, e correspondem principalmente ao período no qual os jovens estão dormindo, assim apresentam como média diária seis horas e trinta minutos de sono. O descanso não ocorre necessariamente no turno da noite, uma vez que 75,87% dos alunos que estudam de tarde apontaram dormir a manhã toda. Dos alunos que estudam de manhã, 50% indicaram que não vão dormir antes da meia noite, resultando em um período de sono irregular, sendo este, influenciado pelos momentos em que eles vão à escola ou ao trabalho.

Figura 3 - Ciclo Diário dos participantes do Grupo Focal por período dedicado às sete categorias.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando perguntados se consideravam o período de descanso adequado para uma vida saudável, eles responderam que não, apontando que gostariam de dormir por mais tempo e mais cedo, mas que não conseguem principalmente por dormir tarde da noite e possuírem responsabilidades, no outro dia, no turno da manhã. Corroborando tal situação, os alunos indicaram que o uso do celular é um dificultador para conseguirem dormir adequadamente, porque segundo eles ficam jogando ou “mexendo” nas redes sociais à noite. Tal vontade e causas compreendem-se por meio dos seguintes trechos: “eu durmo as cinco e acordo ao meio dia, acho que meu tempo não é suficiente, mas fico mexendo no celular”, “ eu durmo umas sete horas, mas muito tarde, porque fico no celular “desestressando””, “eu durmo das cinco às onze por causa que o horário do meu sono está todo desregulado”, “não tem hora certa (para dormir), mais ou menos (vai dormir) duas ou três horas da manhã e acordo as seis porque eu trabalhava, mas tive que parar por causa das aulas”, “eu não acho que meu sono seja o suficiente, se deixar eu durmo mais que a cama, mas não posso porque tenho aula”, “Não consigo dormir mais porque já virou costume, fico chorando e vendo coisas (no celular)”.

Dessa forma compreendemos que os alunos não possuem hábitos de sono adequado, resultando em períodos de descanso insatisfatórios e pouco saudáveis ao seu desenvolvimento e restauração das energias. Uma vez que o sono seja fundamental para a recuperação das funções vitais dos seres humanos, a privação deste, gera

diversas consequências para as suas vidas, como uma baixa produtividade, atrasos no desenvolvimento físico e mental, assim como uma instabilidade emocional (DUARTE ET AL., 2020). No decorrer dos GFs percebe-se que diversos alunos relatavam oscilações ou desequilíbrios de humor.

Quanto ao período que os jovens dedicam ao estudo, temos que se concentram no intervalo das 9:00 as 16:00 horas, a maior parte deles apontaram que a escola é a principal atividade que exercem, para 71,43% é a única. Assim, cinco horas e trinta e cinco minutos é o tempo médio empenhado por eles às atividades de estudo, porém cinco destas horas é o período em que estão na escola. Dos 28,57% que realizam outras atividades de estudo, além da escola, apresentam uma média total de dedicação de sete horas, entre as atividades realizadas estão cursos profissionalizantes, de línguas estrangeiras e preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e para o vestibular do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. Destes, temos que 50% são alunos do oitavo ano do ensino fundamental, 12,5% são alunos do nono ano do ensino fundamental, 12,5% são alunos do primeiro ano do ensino médio e 25% alunos do terceiro ano do ensino médio.

Percebemos então, que com o passar do tempo estes jovens se comprometem menos com os hábitos de estudo, apenas aqueles que possuem algum propósito, como a aprovação nos processos seletivos, dedicam-se mais a essas atividades. Os alunos que estão nos últimos do ensino fundamental e médio possuem as maiores médias de estudo, com respectivamente oito horas e trinta minutos e sete horas e trinta minutos.

Nesse sentido, aos jovens que não realizam outras atividades de estudo foi perguntado se gostariam ou teriam interesse de fazer algum tipo de curso, majoritariamente responderam que sim, mas justificaram que a falta de dinheiro, tempo e informação, resulta em uma baixa aderência a formação complementar. Estas realidades são possíveis de serem compreendidas nos seguintes trechos das respostas dos estudantes: "sem dinheiro, sem tempo... um pouco de tudo", "vou fazer, mas não tenho tempo agora porque trabalho" e "falta de oportunidade, dinheiro mesmo".

A educação formal a qual os jovens de bairros periféricos são submetidos converge com a formação que se espera dos jovens na ótica sociológica funcionalista, de formar os jovens para exercerem o papel de adultos, ou seja, de prepara-los para integrarem o mercado de trabalho. Observamos essa dinâmica na formação complementar em que os jovens realizam, como os cursos profissionalizantes e os preparatórios, o primeiro voltado diretamente para constituição da força de trabalho e o

segundo volvido ao ingresso em cursos de nível superior ou técnico, que posteriormente permitirá a integração destes ao mercado de trabalho.

Dessa forma, é constatada a segregação urbana existente no cotidiano desses jovens, ao identificar que 71,43% destes não realizam nenhuma outra atividade de formação, mesmo havendo, intrinsecamente, a vontade de tal prática. Os principais empecilhos para tal aderência, de estudo, são a falta de dinheiro, tempo e informação em que se encontram os jovens da periferia.

Assim percebe-se a segregação socioespacial através das reduzidas oportunidades as quais os jovens das periferias urbanas são submetidos, conservando a estrutura social desses sujeitos. Ao nega-los oportunidades de alcançarem maiores qualificações, os condicionam às mesmas oportunidades que, possivelmente, seus pais usufruíram.

As atividades remuneradas são exercidas por 14,28% dos jovens, e concentram-se no período das 14:00 as 19:00 horas, os quais possuem a média diária de cinco horas. Estes sujeitos atuam em diversas áreas, como telefonista, comércio, cuidador infantil, construção civil, designer gráfico, entre outras. Apenas 3,6% possuíam mais de 18 anos, os demais, quando trabalhando em regime formal, se beneficiavam, necessariamente da política de integração de jovens ao mercado de trabalho na condição de “Jovens Aprendizes”, reafirmando a condicionante brasileira de investimento social voltadas ao mercado de trabalho.

Para os jovens que trabalham, foi questionado se consideravam a escola flexível à conciliação do trabalho e qual o uso de seus salários. Eles responderam que as atividades que exercem se adaptam ao período de aula, respondendo ainda que parte de seus ganhos são destinados aos gastos da família e a outra fica para si. Não obstante, apontaram que essa dupla jornada é desgastante e se torna cansativa. Essas informações são possíveis de serem compreendidas nos seguintes trechos: “eu acho que meu serviço é flexível”, “eu acho meio cansativo só”, “mas é meio cansativo porque pego as 7 horas na escola e ainda trabalho a tarde e tem dia que ainda faço hora extra”, “Eu ajudo em casa e gasto um pouco comigo” e “a metade eu dou pra minha mãe e a outra metade fico pra mim”.

No que diz respeito à realização dos serviços domésticos, apenas 26,8% dos jovens não realizam tais atividades, essas, centralizam-se em dois períodos, das 10:00 as 15:00 e as 20:00 horas. Assim, ainda apresentam como média de dedicação diária duas horas e vinte minutos. Os jovens compreendem o trabalho doméstico como uma

obrigação, visto que muitos deles são motivados a realizar essas atividades como forma de contribuir com os pais que trabalham, ou ainda, fazem tais tarefas pois são exigidos. As principais atividades exercidas são: lavar louça, varrer a casa, fazer comida e cuidar dos irmãos mais novos. Estas práticas podem ser compreendidas nos seguintes trechos: “faço o almoço e estendo roupa, faço porque minha mãe trabalha”, “lavo a louça e arrumo meu quarto, faço isso porque não é mais que a minha obrigação”, “eu lavo a louça e varro a casa, faço porque minha mãe manda, ela trabalha e eu tenho que ajudar” e “eu arrumo o quarto e lavo a louça, fazia antes porque minha mãe mandava, agora faço porque já é parte da minha rotina”.

Quanto às atividades de lazer, 98,21% dos jovens destinam pelo menos uma hora diária a essas atividades, empenhando em média seis horas e vinte e dois minutos a essas práticas que lhes promovam descontração e relaxamento. O exercício dessas atividades concentra-se entre as 18:00 e 24:00 horas. Como já destacado, a realização de atividades com a intenção de lazer tem um papel importante na construção da sociabilidade dos jovens, pois, é na realização dessas atividades que os sujeitos passam a perceber quais são suas predileções, levando-os a compreenderem-se como seres autônomos, com vontades próprias e específicas. Através da preferência por uma prática esportiva ou não, do gênero cinematográfico ou de estilos musicais, os jovens vão traçando suas individualidades e constituindo sua personalidade.

Ao serem questionados quais são as práticas mais comuns nos seus cotidianos, eles apontam basicamente o uso do celular para diversas funções associados a outras atividades como assistir séries, ouvir música, sair com os amigos, passear pelas ruas do bairro, e ainda temos que alguns jovens consideram dormir uma atividade de lazer. Essas práticas podem ser compreendidas através de alguns trechos como: “jogando *Free-fire*, série”, “celular, *WhatsApp*, mas saio também”, “assisto série e mexo no celular”, “meu maior lazer é dormir, se não tô dormindo eu tô mexendo no celular”, “mexo no celular, vejo tv e saio pra rua” e “toco violão, faço exercício e mexo no celular...”.

O uso expressivo do celular, além de uma tendência da atualidade, pode ser assimilado como a ausência de oportunidades na realização de outras práticas que os proporcionem felicidade. Isso ocorre, possivelmente, visto que nem todos os responsáveis são permissivos quanto a permanência indiscriminada dos filhos fora de casa, alicerçando essa compreensão temos o seguinte trecho de um aluno: “é que a gente não tem muito o que fazer, só final de semana que a gente sai”.

No que se refere ao período em que os jovens dedicam as suas relações interpessoais, essas práticas estão concentradas entre as 19:00 e 24:00 horas pois segundo eles é o período em que a maior parte dos familiares voltam para casa após a jornada de trabalho. No entanto, apenas 26,78% apontou que passam algum tempo em convívio com outras pessoas, possuindo uma média de quatro horas e quinze minutos. Os jovens que não realizam atividades interpessoais relataram, em muitos casos, que se sentem sozinhos, pois possuem dificuldades em se relacionar com outras pessoas. Entre os motivos elencados por eles estão problemas de sociabilidade em geral, falta de liberdade para sair e manter contato com os amigos fora da escola, atrito nas relações com seus familiares e pouco tempo de permanência dos pais em casa devido ao trabalho. Tais apontamentos podem ser observados nos trechos a seguir: “tá bom o tempo que eu passo com a minha família, eu passo o único tempo que posso passar, porque meus pais trabalham.”, “Prefiro ficar sozinha porque dá muita briga”, “Gosto assim (pouco tempo com a família), muito tempo dá briga”, “Eu falo o necessário com meus pais e um pouco mais que o necessário com o pessoal do colégio, acho que é porque eu sou antissocial”, “todo mundo trabalha (familiares), mas gostaria de passar mais tempo (com os familiares)” e “Acho que o tempo que passo tá bom, a gente só se vê no almoço e na janta”.

As atividades voltadas ao exercício das relações interpessoais são comumente associadas as atividades de lazer, essas são realizadas em ambientes coletivos e assim, também, contribuem na construção das identidades individuais e coletivas dos sujeitos. Nesses ambientes os jovens se sentem confortáveis para se expressarem, e as suas expressões refletidas nos outros permitem que eles se entendam, construindo neles a compreensão de quem são e quem querem ser, no que se refere às suas personalidades, nos ambientes os quais pertencem.

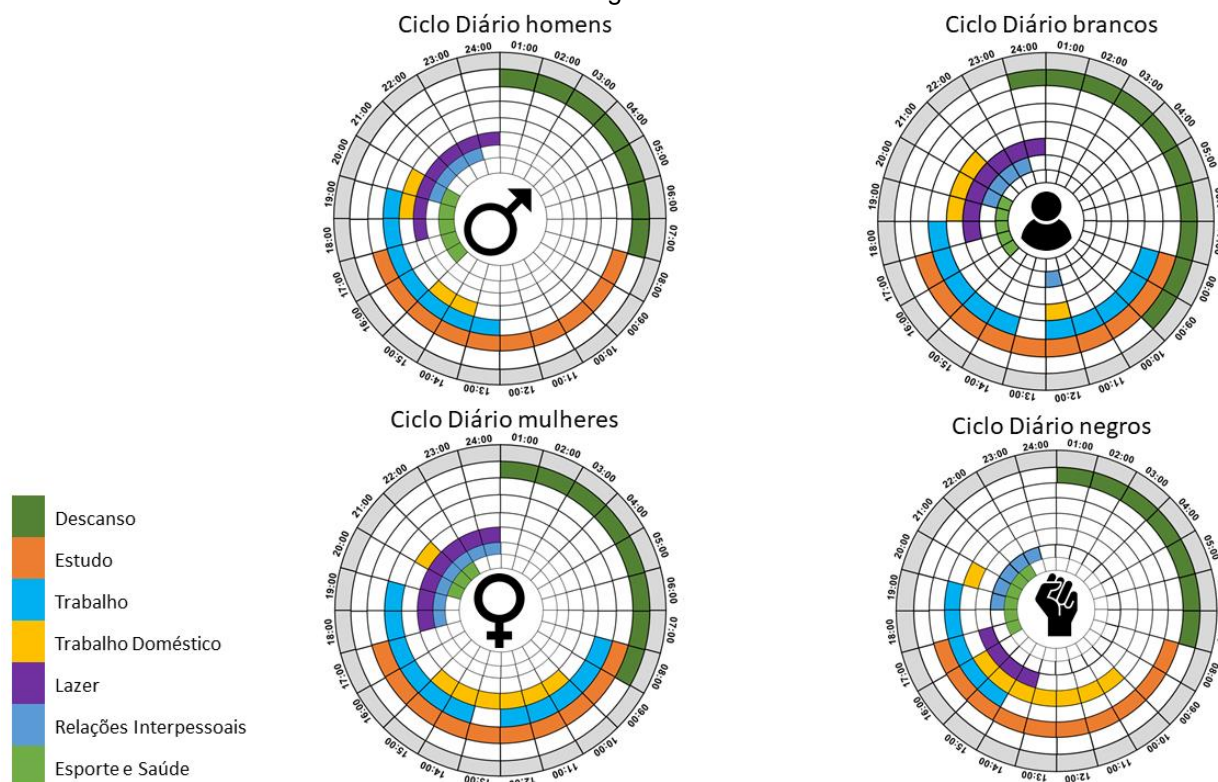
A respeito do tempo dedicado à prática esportiva, o período de dedicação concentra-se entre as 17:00 e 20:00 horas, mas apenas 19,64% dos jovens realizam, os jovens que possuem tais práticas apresentam a média de duas horas e quatorze minutos de dedicação diária. Aos jovens que não se exercitam foram questionados se teriam interesse em realizar tal prática, todos responderam que sim, apontando a musculação, lutas, futebol e basquete como principais desejos. Eles ainda relataram que o motivo para não praticarem é por não terem condições financeiras e interesse dos pais. A prática de atividade física é instrumento importante para a saúde dos seres humanos, quando realizada de forma correta e sob orientação de um profissional, possibilita uma

melhora no condicionamento físico. Na fase da vida em que os jovens estão, o exercício físico contribui na socialização e integração social destes, direcionando-os a ambientes mais saudáveis e seguros (PAIVA, 2019).

### 3.2.1 Análise dos Ciclos Diários dos participantes do Grupo Focal por raça e gênero

Nesta seção analisaremos os ciclos diários dos jovens participantes do GF, evidenciando as possíveis diferenças existentes nas formas como os jovens vivenciam suas juventudes quanto aos aspectos de raça e gênero. Para tanto, a figura 4 é composta pelos gráficos que representam os ciclos diários dos participantes dos Grupos Focais brancos, negros, homens e mulheres, assim elucidou-se como estes jovens desenvolvem suas atividades durante o dia. Então, a organização se deu conforme a realização dos Grupos Focais, partindo das categorias Descanso, Estudo, Trabalho, Trabalho Doméstico, Lazer, Relações Interpessoais e Esporte.

Figura 4 - Ciclo Diário dos participantes do Grupo Focal por raça, gênero e período dedicado às sete categorias.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a figura 4, observamos que o período de dedicação ao descanso das jovens mulheres concentra-se entre a 1:00 e as 8:00 horas, e elas dedicam-se em média



oito horas e trinta e oito minutos, enquanto os jovens homens descansam entre a 1:00 e 7:00 horas e possuem como média de dedicação oito horas e trinta e três minutos. Quando analisamos sobre o aspecto de raça, temos que os jovens negros descansam em média oito horas e quarenta e dois minutos concentrando-se no período da 1:00 as 7:00, e os jovens brancos dormem em média oito horas e vinte e cinco minutos. Cabe ainda destacar a interseção gênero e raça, onde as mulheres negras e brancas apresentam, respectivamente, as médias de oito horas e oito minutos e nove horas e dezesseis minutos, respectivamente. Já as médias dos homens temos os homens negros descansam em média oito horas e cinquenta e quatro minutos e os brancos oito horas e vinte e quatro minutos.

Dessa forma, o período de descanso dos grupos mencionados está bastante equilibrado, no entanto, as jovens brancas são as que mais descansam, enquanto as negras são as que apresentam as menores médias. Já entre os homens há pouca variação, mas nesse caso são os negros descansam por mais tempo, sendo que eles apresentam uma média de trinta minutos a mais de sono que os brancos. Por fim, os jovens brancos são os únicos que apresentam a concentração de sono antes da 1:00 hora e após as 8:00 horas, indicando que vão dormir mais cedo e acordando mais tarde que os demais grupos de pessoas.

Quando analisamos a figura 4, referente ao tempo dedicado a categoria estudo, percebemos que todos os grupos apresentam a mesma concentração de tempo às atividades de estudo, iniciando as 8:00 e terminando as 17:00 horas. Assim, cabe destacar a média de tempo destinada para essa categoria dentre os consultados, os jovens homens apresentam cinco horas e trinta e um minutos de média, as jovens mulheres com cinco horas e quarenta minutos, os brancos cinco horas e vinte e sete minutos, e os jovens negros cinco horas e quarenta minutos. Ao analisarmos a interseção de raça e gênero, percebemos não haver muita variação, pois os homens negros e brancos apresentam as seguintes médias, respectivamente, cinco horas e quarenta e oito minutos e cinco horas e vinte e um minutos, já as mulheres negras com cinco horas e quarenta e seis minutos e as brancas cinco horas e trinta e sete minutos.

Dessa forma, percebemos mais uma vez um equilíbrio entre os grupos, destacando apenas que os jovens negros apresentam os maiores tempos dedicados ao estudo, enquanto os jovens brancos possuem a menor média dentre os consultados.

Quanto o período dedicado as atividade remuneradas, observamos que os grupos apresentam rotinas distintas, sendo que os negros concentram suas atividades entre as

15:00 e 19:00 horas, os brancos em dois períodos das 8:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 18:00 horas, os homens das 13:00 as 19:00 horas, e as mulheres em dois períodos também das 8:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 19:00 horas. A média de brancos, negros, mulheres e homens é pouco representativa, portanto elencaremos apenas a média interseccionada de raça e gênero, onde os homens negros e brancos apresentam, respectivamente, cinco horas e cinco horas e vinte minutos, ao passo que as mulheres negras possuem duas horas médias e as brancas sete horas.

Sendo assim, compreendemos que as jovens e os jovens brancos são os que mais dedicam-se ao exercício de atividades remuneradas, enquanto que as jovens negras são as que menos se dedicam a tais funções. Porém, no desenvolvimento dos Grupos Focais, uma jovem negra relatou que não estava exercendo nenhuma atividade no momento devido os desmembramentos da pandemia de Covid-19, mas que estava à procura de emprego.

No que diz respeito à realização dos serviços domésticos, as jovens mulheres concentram a realização dessas atividades das 10:00 as 14:00 e as 21:00 horas, os jovens homens entre 14:00 as 15:00 e das 19:00 as 20:00 horas, os jovens brancos as 12:00 e das 19:00 as 20:00 horas, e os jovens negros entre 10:00 as 16:00 e as 20:00 horas. Estes apresentam as seguintes horas médias de dedicação: jovens mulheres duas horas e dezenove minutos, os jovens homens uma hora e seis minutos, os jovens brancos uma hora e vinte e quatro minutos, e os jovens negros duas horas e sete minutos. Toda via, ao realizarmos a interseção de raça e gênero, temos as seguintes médias para os homens negros com duas horas e os brancos com duas horas e cinco minutos, das mulheres negras duas horas e quarenta e dois minutos, e as brancas com uma hora e quarenta e oito minutos.

Cabe ressaltar que dos jovens não realizam as atividades doméstico existe uma disparidade quando comparados os gêneros, pois 46% dos jovens homens não realizam essas atividades, enquanto que das jovens mulheres apenas 8%. Assim compreendemos que as jovens mulheres são as que mais realizam serviços domésticos, mas com desequilíbrio entre as raças, pois as jovens negras são as que realizam por mais tempo e as brancas, dentre todos, são as que realizam por menos tempo.

Ao analisarmos o gráfico 2, no que diz respeito a categoria lazer, temos que os jovens de ambos os gêneros e os brancos concentram a realização dessas atividades, no mesmo período, entre 18:00 as 24:00 horas, enquanto que os negros concentram as atividades entre as 14:00 e as 17:00 horas. As médias de tempo destinadas para essas

atividades também são bastante similares sendo seis horas e dezessete minutos para os brancos, seis horas e dezesseis minutos para os jovens homens, seis horas e quarenta e dois minutos para as jovens mulheres e seis horas e doze minutos para de os negros.

As médias interseccionando gênero e raça não apresentam a mesma equidade das médias gerais, pois os homens negros possuem ao menos uma hora a menos que os demais perfis consultados, sendo cinco horas e trinta e seis minutos, as mulheres negras seis horas e trinta e seis minutos, os homens brancos com seis horas e quarenta minutos e as mulheres brancas com seis horas e quarenta e oito minutos. Dessa forma compreendemos que além dos jovens negros possuem uma rotina de lazer diferente dos brancos, os homens negros realizam menos essas atividades e em períodos de tempo menores.

Quanto a dedicação às relações interpessoais, temos que apenas 20% dos homens e 32% das mulheres destinam algum tempo a esses momentos, assim, os jovens brancos concentram a realização dessas atividades em dois períodos as 12:00 e entre as 20:00 e 23:00 horas, os jovens negros das 19:00 as 23:00, os jovens homens das 20:00 as 23:00 horas, e as jovens mulheres entre as 18:00 e 24:00 horas. As médias de tempo destinadas a essas atividades, dos jovens que as realizam, são quatro horas para os homens, duas hora e cinquenta e um minutos para os brancos, quatro horas e vinte minutos para os negros e duas horas e trinta e seis minutos para as mulheres. Ao interseccionarmos as médias de dedicação por raça e gênero, temos quatro horas para os homens negros e brancos, duas horas para as mulheres brancas e quatro horas e quinze minutos para as negras.

Dessa forma, compreendemos que uma parte minoritária realiza as atividades de relações interpessoais, destes jovens, 57% são mulheres e 53% são brancos. Todavia, podemos inferir que os brancos almoçam junto de outras pessoas, pois exercem as relações interpessoais na hora do almoço, os demais não. Outras situações que podemos destacar é que, dos jovens que realizam essas atividades, as jovens negras apresentam as maiores médias de dedicação, enquanto as jovens brancas as menores.

As atividades físicas são pouco praticadas entre os jovens consultados, assim temos que os jovens homens e brancos concentram a realização destas atividades, no mesmo período, entre as 16:00 as 20:00 horas, as mulheres das 20:00 as 22:00 horas, e os negros das 17:00 as 22:00 horas. Dos jovens que praticam 54,54% são mulheres e 63,63% são brancos. Quantos as médias de dedicação as jovens mulheres são as que

mais destinam tempo a essas atividades com três horas e quarenta minutos, seguido pelos negros jovens com três horas e quinze minutos, e os jovens homens e brancos com a mesma média de três horas. Nesse sentido, cabe ainda destacar que ao interseccionar as médias de dedicação por raça e gênero, constata-se que nenhum homem negro pratica esporte, os jovens brancos independente do gênero praticam por três horas, e as jovens negras por três horas e quinze minutos.

Sendo assim, compreende-se que embora todos os participantes destinem pouco tempo à realização de esportes e atividades físicas, o grupo as jovens negras são as que realizam por mais tempo, os jovens negros não realizam e os brancos são os que mais realizam tais atividades.

A forma como os jovens vivenciam a sua juventude, apresentada até então nessa pesquisa, tanto no grupo focal quanto pela pesquisa documental, nos indicam demandas que emergem dos jovens, apontando-nos lacunas e necessidades existentes para o desenvolvimento social e econômico desses indivíduos. Uma vez constatadas tais carências, é de competência do Estado mitigá-las por meio de ações concretas, através da construção de políticas públicas efetivas voltadas para os jovens, e elaboradas com sua participação e anuência. Assim, no próximo capítulo apresentaremos alguns caminhos apontados pelos jovens para uma construção mais democrática e justa da sociedade em que vivemos.

## **4 POLÍTICAS PÚBLICAS: CAMINHOS PARA VIVÊNCIAS PLENAS DAS JUVENTUDES**

As políticas públicas são importantes ferramentas utilizadas pelo Estado para combater a desigualdade social e possibilitar, de forma democrática, o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, para que essas sejam efetivas e atuais onde for mais crítico a determinada carência, é imperativo que aqueles que governam e fazem as leis compreendam quais as reais necessidades da população, sobretudo, os excluídos socialmente e segregados em bairros periféricos. Assim, fazemos uma apresentação das políticas públicas federais voltadas para atender a população jovem.

Para compreender quais as políticas públicas existentes beneficiam os jovens, destacamos através das falas dos jovens, as possibilidades e os desafios na vivência da juventude em uma periferia. Para construir tal compreensão, estabeleceu-se debates entorno das seguintes variáveis: Descanso, Lazer, Estudo, Trabalho, Relações interpessoais, Esporte, Saúde, Drogas e Violência. Diante disso, este capítulo tem como objetivo compreender ações necessárias à promoção de maior equidade de oportunidades para os jovens do município Rio Grande.

### **4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE**

Os movimentos sociais juvenis são importantes atores da história do país, através dos movimentos sociais, empenham ações que contribuiram para o estabelecimento do Estado Democrático de Direitos, colocando-se presentes no debate político brasileiro (SEVERO, 2006). No entanto, apenas a algumas décadas os jovens se tornaram tema do debate público, onde segundo Krauskopf (2003) as políticas ora são voltadas aos jovens compreendendo-os como estratégicos para desenvolvimento socioeconômico do país e como sujeitos de direitos, e ora como categoria que está em uma fase preparatória e em período que tenciona a ordem social.

A categoria juventude apenas recentemente conquistou importantes avanços na defesa e garantia dos seus direitos, pois até o ano de 2000 não existiam políticas públicas específicas para esse grupo, essas só foram conquistadas devido a mobilização e o protagonismo dos jovens em prol das reivindicações dos seus interesses. Nesse sentido, no ano de 2005 o poder executivo através da Lei nº11.129 institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, cria o Conselho Nacional da Juventude –

CNJ e a Secretária Nacional de Juventude – SNJ. Já em 2013 o Congresso Nacional decretou a Lei nº 12.852 que institui o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, tornando-se o marco mais importante para a categoria, o qual estabelece os princípios e diretrizes para a elaboração das políticas públicas de juventude.

O SINAJUVE é regulamentado pelo Decreto nº 9.306 de 2018 e alterado pelo Decreto nº 10.226 de 2020. O referido sistema tem como objetivo a promoção de políticas públicas de juventude através da organização e articulação entre a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e da sociedade civil. Assim, sua estrutura é composta pelo CNJ, SNJ, os órgãos municipais e estaduais responsáveis pelas políticas públicas de juventude, e os conselhos estaduais e municipais de juventude. Sendo que a SNJ e o CNJ são responsáveis por coordenar o SINAJUVE.

O Sistema Nacional de Juventude, ainda prevê para a sua implementação o Plano Nacional da Juventude – PNJ. O PNJ trata-se de um instrumento de planejamento das políticas públicas de juventude, elaborado a partir de orientações emergentes da Conferência Nacional de Juventude. Para tanto, o PNJ seguirá a seguinte ordenação: a) cidadania, participação social e política e representação juvenil; b) educação; c) profissionalização, trabalho e renda; d) diversidade e igualdade; e) saúde; e) cultura; f) comunicação e liberdade de expressão; g) desporto e lazer; h) território e mobilidade; i) sustentabilidade e meio ambiente; e j) segurança pública e acesso à justiça.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a população jovem no Brasil são regidas Lei nº 12.852, que estabelecem princípios basilares para a sua elaboração: I) promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II) valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III) promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV) reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V) promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI) respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII) promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII) valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Em vista disso, o Estatuto da Juventude prevê os direitos dos jovens, os quais totalizam 11 e são: 1) Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; 2) Direito à Educação; 3) Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; 4) Direito à Diversidade e à Igualdade; 5) Direito à Saúde; 6) Direito

à Cultura; 7) Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; 8) Direito ao Desporto e ao Lazer; 9) Direito ao Território e à Mobilidade; 10) Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; e 11) Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça (BRASIL, 2013). Tais delimitações contribuem para a promoção ao acesso dessa população aos espaços públicos (ARENDR, 1995), viabilizando o exercício da cidadania à população juvenil.

Os espaços públicos simbolizam o avanço na discussão de temas tradicionalmente compostos na 'esfera privada' e que são importantes para o debate e intervenção sócio-cultural, por refletirem vivências de um grande número de pessoas [...]. É necessário avançar para a construção de espaços que garantam a voz e a escuta do jovem por meio de sua participação direta, de maneira a efetivar o diálogo, criando-se, assim, subsídios para políticas públicas cujo impacto se dê na direção de promover a diminuição da desigualdade, da discriminação e da violência a que está sujeita a maioria dos adolescentes e jovens no Brasil (SILVA; LOPES, 2009, p. 104).

Assim as políticas públicas são ferramentas atinentes a superação e mitigação dos impactos gerados na desigualdade social, que acomete expressiva parcela da população jovem brasileira, tornando-os excluídos socialmente. Portanto, cabe ressaltar que políticas públicas são o conjunto de estratégias que ocorrem concomitantemente à articulação de recursos públicos (financeiros e humanos), onde a duração é predeterminada com previsão de resultados que possibilitem a ampliação da cidadania, dispendo da Constituição Federal como base. Elas atuam em locais de conflito onde os atores disputam as orientações na esfera pública, bem como os recursos para sua implementação, podem ainda ser desenvolvidas pelo Legislativo e Judiciário, sendo a principal característica destas o aparelho público-estatal na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas (SPOSITO; CARRANO, 2003).

As políticas públicas são importantes ferramentas que do Estado utiliza para a promoção da equidade social, e garantir do exercício plena da cidadania para toda população. Para isso, é necessário que aqueles que governam e legislam compreendam quais as reais necessidades da população que mais sofre com a desigualdade social e de oportunidades. Nesse sentido apresentaremos a seguir as políticas públicas, do âmbito federal, voltadas para a população jovem categorizadas por Lazer, Estudo, Trabalho, Esporte e Saúde.

Quadro 9 - Grade de políticas públicas

<b>Categoria</b>	<b>Política</b>	<b>Principais orientações</b>
<b>Lazer</b>	A ID Jovem é instituída Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015.	Decreta que jovens estudantes entre 15 e 29 anos de idade tem direito ao benefício da meia-entrada para acesso a eventos

		artístico-culturais e esportivos. (BRASIL, 2013, 2015)
<b>Estudo</b>	Programa Brasil Alfabetizado é Regido pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, foi reorganizado pelo Decreto nº10.959, de 8 de fevereiro de 2022.	Objetiva a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, atuando prioritariamente em municípios com altas taxas de analfabetismo. (BRASIL, 2004, 2022)
	Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é estabelecido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.	Promove ações para a permanência de jovens estudantes na educação superior pública. (BRASIL, 2010)
	Programa Universidade para todos – Prouni é instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.	Concede bolsas de estudos parciais e integrais à estudantes de graduação ou formação complementar em instituições privadas de ensino. (BRASIL, 2005)
	Fundo de Financiamento Estudantil - Fies criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.	Concede financiamento a estudantes de graduação e pós-graduação em instituições privadas de ensino. (BRASIL, 2001)
	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.	Prevê a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (BRASIL, 2011)
	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem é instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.	Objetiva a reintegração de jovens entre 15 e 29 anos ao processo educacional, promovendo sua qualificação profissional e o desenvolvimento humano. (BRASIL, 2005)
	Programa Saúde na Escola – PSE é instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.	Voltado às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação básica possui como finalidade a promoção de saúde e educação integral. (BRASIL, 2007)
	Sistema de Seleção Unificada - SISU é instituído pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.	Estabelece o ingresso nas instituições de ensino Federais através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e reserva 50% das vagas ao ingresso de alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Estas vagas serão preenchidas da



		seguinte maneira: por estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência. (BRASIL, 2012)
<b>Trabalho</b>	Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 e Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.	Define que jovens a partir dos 14 anos de idade podem trabalhar como aprendizes, em locais e períodos que não comprometam o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Determina que empresas (de médio e grande porte) devem contratar jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes, por meio de contratos de trabalho com duração de até dois anos. Nesse período, o jovem é capacitado em instituições de formação e na empresa que atua. (BRASIL, 2000, 2005)
<b>Esporte</b>	Bolsa atleta é instituída pela Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.342 de 14 de janeiro de 2005.	Garante benefícios financeiros a atletas de alto rendimentos que estejam bem ranqueados nas competições nacionais e internacionais nas modalidades esporte e desporto, para os praticantes a partir dos 14 anos. (BRASIL, 2004, 2005)
	A ID Jovem é instituída Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015.	Decreta que jovens estudantes entre 15 e 29 anos de idade tem direito ao benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos. (BRASIL, 2013, 2015)
<b>Saúde</b>	Programa Saúde na Escola – PSE é instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.	Voltado às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação básica possui como finalidade a promoção de saúde e educação integral. (BRASIL, 2007)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os anos de 2000 a 2013 os jovens conquistaram espaço nos debates públicos, devido ao fato de que o país vivia em uma situação econômica e social promissora, havia na população o sentimento de esperança que a mudança era possível, as políticas públicas existentes demonstram o momento em que o país viveu

onde os jovens foram respeitados e sabiam que estavam sendo incluídos no futuro do Brasil. Assim, para a próxima seção destacaremos se as políticas existentes estão beneficiando os jovens alunos da Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes, participantes dos Grupos Focais.

#### 4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: O ACESSO DOS JOVENS DA ESCOLA SILVA PAES

Para esta seção, visamos destacar através da narrativa dos jovens, as possibilidades e os desafios na vivência da juventude em uma periferia, compreendendo como os jovens entendem as políticas públicas, e quais as políticas do Governo Federal esses jovens estão sendo beneficiados. Para construirmos tal compreensão, estabelecemos debates entorno das seguintes variáveis: Descanso, Lazer, Estudo, Trabalho, Relações interpessoais, Esporte, Saúde, Drogas e Violência.

Assim sendo, analisamos as informações coletadas ao longo dos Grupos Focais, esses que foram desenvolvidos na Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes com os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e de todos anos do Ensino Médio. Ao todo 82 jovens participantes dos grupos focais<sup>5</sup>, de 14 a 20 anos de idade, no quadro 10 outras características destes jovens como idade, gênero e raça podem ser observadas.

Quadro 10 - Estudantes participantes dos Grupos Focais por idade, raça e gênero.

Idade	Branco		Negro	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
14	1	5	1	3
15	11	8	1	11
16	7	3	2	3
17	2	5	5	0
18	3	0	1	4
19	1	0	3	1
20	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>5</sup> Os debates sobre políticas públicas foram realizados em dois momentos. Os primeiros GF ocorreram em dezembro de 2021, quando também foram construídos os ciclos diários. Mais dois GF foram realizados em junho de 2022, para dar maior suporte a presente discussão.

Dessa forma, conforme o quadro 10, observamos que 53,65% são mulheres e 46,45% são homens. Dos jovens homens, 65,78% são brancos e 34,22% são negros, enquanto as jovens mulheres são 47,72% brancas e 52,28% negras. Ainda é possível compreender que os jovens possuem entre 14 e 20 anos de idade, dispostos da seguinte forma: 37,8% com 15 anos, 18,3% com 16 anos, 14,63% com 17 anos, 12,2% com 14 anos, 9,76% com 18 anos, 6,1% com 19 anos e 1,2% com 20 anos.

A educação é a base da formação de todos os jovens da nossa sociedade, mas também é um direito previsto no Estatuto da Juventude, o processo de ensino possibilita que os jovens se tornem cidadãos autônomos e críticos, e assim menos vulneráveis a manipulação que atentem contra seus interesses. A educação, também, é ferramenta importante contra a desigualdade social, sobretudo dos jovens economicamente menos favorecidos, pois prepara-os para ocuparem uma posição no mercado de trabalho, e assim, construir novos prognósticos de suas vidas.

Os jovens ouvidos indicaram compreender a importância desta categoria nos seus futuros, no entanto, com o desenvolvimento desta pesquisa percebemos que um pequeno contingente tem acesso a uma formação complementar, seja por cursos preparatórios para seleções de graduação, cursos de língua estrangeira ou profissionalizantes. Bom, se entendem que a educação é importante, por que a maioria dos consultados não realizam nenhuma atividade complementar à escola? Dentre os motivos elencados o mais recorrente entre eles é o obstáculo financeiro, pois dentro dos orçamentos cada vez mais apertados que a população brasileira vem experienciando nos últimos anos, especialmente os segregados em bairros periféricos, a educação não é uma paridade.

Como esperar que as famílias priorizem a mensalidade de um curso enquanto estão fazendo verdadeiros malabarismos para sobreviverem com as suas receitas mensais? Aos jovens participantes, que não exerciam nenhuma outra atividade de ensino além da escola, foram questionados se teriam interesse em realizarem cursos de formação complementar, de forma gratuita e próximo de suas casas, todos responderam que sim. Dessa forma é possível compreender que existe nesses jovens uma motivação, mas por não viverem em situação econômica melhor, não é possível realizarem as desejadas formações.

Desta forma, a estes sujeitos são reduzidas as oportunidades as quais eles têm acesso, existem políticas voltadas para essas demandas dessa parcela da população, como a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de

2011 que preveem a qualificação dos jovens, ou ainda as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001; nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005; nº 11.129, de 30 de junho de 2005; e Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que buscam auxiliar no ingresso de cursos de nível superior, no entanto estas mostram-se pouco eficazes aos jovens consultados, pois a carência no acesso a qualificação e formação ainda são uma realidade, não atendendo de forma adequada estes sujeitos.

As atividades remuneradas para os jovens, a partir dos 14 anos, estão previstas nas Leis nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 e nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, como forma de inserção e capacitação para o mercado de trabalho, preservando a dignidade destes sujeitos, possibilitando um bom desempenho escolar, espaço para o lazer e descanso. Os jovens que estavam trabalhando na condição de aprendizes relataram que os empregos que exerciam eram condicionados a realização de cursos que os preparava para atuar nas áreas que eram destinados a trabalhar. No entanto, não eram todos os jovens que se favoreciam das Leis estabelecidas, visto que alguns não estavam em regime formal de emprego. Aqui cabe ressaltar que as atividades que comprometem o desenvolvimento físico, moral e psíquico estão vetadas pelas Leis, pois podem acarretar prejuízos no desenvolvimento dos sujeitos nessa faixa de idade.

A precarização dos empregos tem se tornado uma realidade para os brasileiros, evidenciando o retrocesso dos direitos dos trabalhadores e a decadência econômica do nosso país. Assim, mais uma vez os trabalhadores estão se submetendo ao exercício de funções degradantes, entendidas, portanto, como jornadas de trabalho excessivas, locais de trabalho insalubres, sem alimentação adequada ou equipamentos de segurança, sob relações empregado-empregador humilhantes ou vexatórias. Não necessariamente todos os funcionários irão experienciar todas essas más condições de emprego, pois qualquer uma dessas circunstâncias se configuram como crime, mas se qualquer jovem for exposto a apenas uma dessas situações poderá culminar em prejuízos no desenvolvimento físico, moral e psíquico destes sujeitos. Está prática é identificada no caso de uma das jovens consultadas que relatam trabalhar em jornadas de trabalho mais longas que as permitidas pela lei.

Uma outra modalidade de trabalho analisada nesse estudo foi a condição de trabalho doméstico, onde a maioria dos jovens consultados realizam estas atividades, aproximadamente três quartos deles, mas há uma expressiva disparidade entre os gêneros dos jovens que não possuem tais atribuições, pois cerca de metade dos homens não realizam enquanto que menos de um décimo das mulheres estão em mesma

situação. Os jovens muitas vezes exercem os serviços domésticos como forma de contribuição aos pais que possuem jornadas de trabalho fora de casa, no entanto a prática de algumas atribuições elencadas por eles, e já apresentadas anteriormente nesta pesquisa, podem configurar-se como uma forma de trabalho degradante a vida humana, vulnerabilizando mais uma vez o processo de crescimento e amadurecimento destes jovens sujeitos.

O trabalho formal é um direito que está previsto no Estatuto da Juventude, assim como, a profissionalização e a renda. Nesse sentido, as legislações que orientam o trabalho dos jovens são fundamentais para aqueles que precisam trabalhar para compor a renda de suas famílias, pois é através destas que a sociedade garante os direitos mínimos da população. Apesar disto, constatamos também que nem todos os jovens usufruem dos direitos legais que regulam o seu trabalho ou nem compreendem suas práticas como tal, como no caso dos praticantes dos serviços domésticos, expondo-os aos riscos de atrasos ou prejuízos em seus desenvolvimentos.

O Lazer, Cultura e Desporto estão previstos aos jovens, de acordo com o Estatuto da Juventude, mas poucos são os incentivos feitos para a garantia desses direitos. Nesse sentido, as políticas públicas estabelecidas através da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 e da Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, buscam possibilitar o acesso dos jovens em locais de esporte, cultura e lazer, por intermédio do benefício da meia-entrada e o incentivo financeiro aos praticantes de esportes de alto rendimento. No entanto, as políticas vigentes não são suficientes para proporcionar que todos os jovens tenham o mesmo acesso aos locais voltados ao lazer e esporte, pois mesmo que todos sejam beneficiários das legislações mencionadas elas não criam garantias de que esses sujeitos terão acessos como consumidores destes estabelecimentos.

Em uma sociedade com igualdade social todos os cidadãos teriam acesso a todos os ambientes que desejasse, no entanto, na sociedade em que vivemos a desigualdade social é um fato que segrega os cidadãos de acordo com o *status* econômico que possui. Assim, aos jovens com menor poder aquisitivo não é oportunizado que circulem entre todos os ambientes, pois eles não dispõem dos recursos financeiros mínimos para consumir em todos os ambientes, portanto para que sejam garantidas alguma oportunidade de esporte e lazer, é necessário que sejam criados espaços democráticos a todos cidadãos brasileiros, mais próximo e que não gerem custos a esses jovens, pois sabe-se que não há espaço para novas onerações na vida dessas sujeitos.

Na ausência de políticas voltadas especificamente para essas demandas os jovens ficam restritos a práticas dentro de suas casas, como o uso de celular e outras atividades que implicam no sedentarismo. Tais restrições ferem, dessa forma, o direito ao território que também está previsto no Estatuto da Juventude, expondo que nem todos os cidadãos são iguais e que não possuem os mesmos direitos.

Ao longo desta pesquisa percebemos que os jovens pouco priorizam as atividades voltadas a saúde, só buscam atendimentos especializados quando existem urgências de saúde. Dessa forma também compreendemos que o Poder Público não elabora políticas para a prevenção ou detecção de comorbidades desses sujeitos, mas destacamos o Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que busca a promoção da saúde e educação integral de jovens e crianças em idade escolar. Nessa direção, a saúde é um direito ao qual os jovens são respaldados pelo Estatuto da Juventude, mas ao mesmo tempo não é prioridade para os governantes investir no combate e prevenção à doenças e práticas pouco saudáveis dos jovens. Claramente as ausências de cuidados na juventude serão sentidas nas fases futuras de suas vidas, tornando possível uma oneração futura aos cofres públicos com o tratamento destes sujeitos, além de reduzir a qualidade e expectativa de vida da população.

Assim como ocorre com a saúde, os jovens que não têm equilíbrio nos hábitos de descanso, não apresentando rotinas adequadas de sono e em muitas vezes priorizam o exercício de atividades pouco produtivas como o uso dos celulares ao invés de estarem efetivamente descansando. O descanso é um aspecto importante para o desenvolvimento físico e mental dos jovens, garante que as energias sejam recuperadas para a realização de atividades necessárias desses sujeitos. A falta de períodos apropriados de descanso pode ocasionar declínios de produtividade e prejuízos no desenvolvimento dos jovens. Afetando dessa forma implicações a saúde e bem-estar desses sujeitos.

Outro aspecto significativo as vivências das juventudes é o exercício das relações interpessoais, estas relações são transversais a todo o processo de socialização que ocorre ao longo da vida dos seres humanos, mas durante a juventude elas são responsáveis por inserirem os sujeitos à sociedade. Na contemporaneidade percebemos que as relações que estão sendo estabelecidas dentro dos lares brasileiros vêm se transformando através do tempo, com a introdução e popularização das tecnologias inserindo-se no dia a dia das pessoas, as relações interpessoais passam a serem exercidas principalmente de forma virtual, através de aplicativos de conversa e redes

socias. Assim, a maior parte dos jovens apontam que o principal meio do estabelecimento das relações interpessoais ocorre através da internet, justificando que passam longos períodos sozinhos em casa, pois os pais estão fora em seus empregos, as redes sociais se tornam verdadeiras companhias para esses sujeitos, os aproximando de amigos virtuais, mas confinados, muitas vezes, as paredes de suas casas.

O Estatuto da Juventude prevê que todos os jovens possuem o direito a comunicação e a liberdade de expressão, no entanto poucos são os esforços que o Poder Público faz para que sejam garantidos esses direitos aos sujeitos de todas as classes sociais, muitas são as possibilidades que afastam os mais vulneráveis do exercício desse direito como a falta de internet e dos meios (equipamentos) tecnológicos para isso. Cabe ainda destacar que o Estado não compreende a importância das atividades de socialização para o desenvolvimento dos jovens, as relações que os jovens vão exercendo durante as suas vidas vão moldando as suas personalidade, identidade e caráter, assim deveria ser de interesse público primar por um ambientes, físicos ou virtuais, aprazível e seguro para que que esses sujeitos se constituam.

Nas periferias, onde o Poder Público é omissos, os cidadãos são excluídos socialmente e segregados fisicamente distantes dos privilégios das áreas prioritárias ao Estado, o tráfico de drogas e a violência encontram lugar para se estabelecerem e criar raízes, tornando-se a face visível do comércio ilegal de drogas e da violência inerente a essa prática. A violência presente nas periferias marca de forma negativa e condicionante os moradores destas, submetendo-os a preconceitos de todos os segmentos da sociedade, essa violência é produto do tráfico e do combate ao comércio de drogas. O tráfico de drogas não é atividade exclusiva das periferias urbanas, mas este estudo se limita a estes espaços urbanos.

A segurança pública e a justiça são direitos de todos os jovens previsto pelo Estatuto da Juventude, no entanto nas periferias este direito é subtraído dos cidadãos, especialmente dos jovens, que são estigmatizados e negligenciados pelo Estado. A presença do tráfico de drogas gera violência nas periferias e torna esses espaços o alvo prioritário da atuação da polícia na guerra contra as drogas, o que gera ainda mais violência, pois a ação policial acontece de forma truculenta e violenta nos espaços onde segregam-se os mais pobres. Os direitos dos jovens periféricos são violados e o sentimento de insegurança é estabelecido, assim essa população sofre com a violência

gerada a partir do tráfico de drogas e com a repressão policial que criminaliza todos os moradores.

Os jovens participantes dos Grupos Focais, apontaram que o tráfico de drogas nos bairros onde vivem é uma realidade, relatando com certa naturalidade a normalização do comércio dos entorpecentes e a facilidade em encontrar locais onde ocorre a venda de drogas, mas indicam que a polícia resiste em atuar nesses locais específicos. Ao invés disso a presença da polícia se dá através da violência física, verbal e psicológica com os todos os cidadãos, não considerando as prerrogativas legais da presunção de inocência, tratando a todos como criminosos, principalmente com os sujeitos negros.

Dito isso, se faz necessário que os proponentes de ações interventivas, o Estado, amplie suas compreensões sobre as juventudes, promovendo oportunidades de escuta das demandas dos jovens, e não uma simples imposição delineada pelo mercado. Esses sujeitos possuem projetos para o futuro, narrativas, e anseios que apontam direcionamentos de problemáticas a serem enfrentadas. Assim, compreendemos que as ações do Estado que deveriam promover maior equidade social são insuficientes, não garantem os direitos básicos de cidadania previstos nas leis, impossibilitando que os jovens vivam suas juventudes em plenitude e os expõem ao risco de um desenvolvimento físico, social e psicológicos defasado.



## 5 CONCLUSÕES

As juventudes como tema contemporâneo a pesquisas científicas, bem como, a pautas políticas reconhecem essa fase da vida por sua importância no desenvolvimento social e econômico de um país. Estes sujeitos assumem relevância no cenário político principalmente nos primeiros 15 anos do século XXI, mas são temas de investigações científicas a mais tempo, e sobre diversas perspectivas. Dessa forma, no Brasil os jovens possuem diferentes realidades e necessidades pois as vivências da população não são homogêneas dada, dentre outros motivos, a desigualdade social gerada pelo sistema capitalista de acumulação de riquezas. Assim, esta pesquisa debruçou-se em responder as seguintes questões: Como é a vivência das juventudes periféricas no município do Rio Grande? As condições socioespaciais em que estão inseridos esses jovens têm implicações nessas vivências?

Para tanto, foi realizada uma análise de cunho quantitativo através dos dados do Censo 2010 do IBGE permitindo que traçássemos o seguinte perfil da população jovem do município do Rio Grande – RS, estes, concentram-se nas faixas etárias de 10 a 14 e 20 a 24 anos, estão divididos de maneira bastante equilibrada entre homens e mulheres, dos quais, aproximadamente, 75% são brancos. 2,2% dos jovens homens e 1,2% das mulheres são analfabetos. Desta população, as mulheres são frequentemente mais responsáveis pelos domicílios que os homens, sendo intensificada tal desigualdade entre os jovens menores de idade. Da população juvenil que vive em relação conjugal, as mulheres encontram-se nessa situação 53,53% a mais que os homens. Dos jovens trabalhadores, os homens brancos e pardos do meio rural na faixa etária de 10 a 14 anos são os que mais se encontram exercendo atividades econômicas, já no meio urbano, os homens destacam-se na faixa etária de 20 a 24 anos.

Para que fosse possível compreender como ocorre a vivência das juventudes dos sujeitos moradores de bairros periféricos foi necessário a realização de uma análise qualitativa e quantitativa das informações coletadas nos Grupos Focais. Tal análise, permitiu compreender, na perspectiva dos próprios jovens, as características e especificidades dos sujeitos participantes da pesquisa. Assim, os alunos da Escola E.E.M. Brigadeiro José da Silva Paes, apontaram vestígios de como estão vivenciando essa fase de suas vidas. Indicando não possuírem hábitos de sono adequado, onde as mulheres brancas apresentam a maior dedicação ao descanso enquanto as negras são as que apresentam as menores médias, culminando em períodos de descanso

insuficiente a restauração das energias, pouco saudáveis ao seu desenvolvimento, prejuízos à produtividade e ao emocional.

Quanto ao estudo, apenas 28,57% têm acesso a educação complementar a escola, os demais não realizam mesmo havendo o interesse a tal prática, pois são carentes de dinheiro, tempo e informação. Existe um equilíbrio entre os grupos de gênero e raça, destacando apenas que os jovens negros apresentam os maiores períodos dedicados ao estudo, enquanto os jovens brancos possuem a menor média dentre os consultados.

As atividades remuneradas são exercidas por 14,28% dos jovens, que destinam parte de seus ganhos aos gastos da família e a outra fica para si, apontaram também que essa dupla jornada é desgastante e cansativa. Assim, as jovens e os jovens brancos são os que mais dedicam-se ao exercício de atividades remuneradas. No que diz respeito à realização dos serviços domésticos, apenas 26,8% dos jovens não realizam tais atividades, eles compreendem o trabalho doméstico como uma obrigação e realizam enquanto os pais estão trabalhando, para ajuda-los. Nesse sentido as mulheres negras apresentam as maiores médias de dedicação e as mulheres brancas as menores, existindo uma desproporcionalidade entre os gêneros dos que não realizam tais atividades, sendo que 46% dos jovens homens estão nessa situação contra apenas 8% das jovens mulheres.

Quanto às atividades de lazer, 98,21% dos jovens destinam pelo menos uma hora diária a essas atividades, indicando basicamente o uso do celular para diversas funções associado a outras atividades. O uso expressivo do celular no cotiando dos jovens, para além de uma tendência atual, pode ser compreendido como a ausência de oportunidades na realização de outras práticas que os possibilite felicidade. Nesse sentido compreendemos que além dos jovens negros possuem uma rotina de lazer diferente dos brancos, os homens negros realizam menos essas atividades e em períodos de tempo menores.

No que se refere ao período em que os jovens dedicam as suas relações interpessoais, apenas 26,78% apontou que passam algum tempo em convívio com outras pessoas, esses momentos são influenciados pela jornada de trabalho dos pais. Assim, os jovens que não realizam essas atividades apontaram, que se sentem sozinhos, pois possuem problemas de sociabilidade em geral, falta de liberdade para sair com os amigos fora da escola, atrito nas relações com seus familiares e pouco tempo de permanência dos pais em casa.

A respeito do tempo dedicado à prática esportiva, apenas 19,64% dos jovens realizam, mas todos os consultados possuem interesse em realizar tais práticas, não praticam por não terem condições financeiras e interesse dos pais. Sendo assim, compreende-se que embora todos os participantes destinem pouco tempo à realização de esportes e atividades físicas, as jovens negras são as que realizam por mais tempo, os jovens negros não realizam e os brancos são os que mais realizam tais atividades.

A vivência da juventude permite compreender o caminho que o sujeito está iniciando a percorrer na longa trajetória de suas vidas, não os condicionam, no entanto observamos que os jovens moradores de bairros periféricos convivem com o preconceito de serem segregados espacialmente e excluídos socialmente, limitando seus acessos a oportunidades que permitam melhorar a situação socioeconômica destes sujeitos, e conseqüentemente afetando o bem estar social de toda a população brasileira. Assim, é importante observar o cotidiano dos jovens, pois estes indicam demandas emergentes, apontando-nos lacunas e necessidades existentes para o pleno desenvolvimento social e econômico dos brasileiros.

As políticas públicas são importantes ferramentas utilizadas pelo Estado para combater a desigualdade social e possibilitar, de forma democrática, o exercício pleno da cidadania. Mas para que as ações públicas sejam efetivas e beneficie aqueles que mais precisam, é necessário que essas que movimentos sejam realizados como um alargamento da compreensão da categoria juventude, ouvir as demandas dos jovens, entender quais os seus projetos para o futuro, quais os medos dessa população e quais as possibilidades e as impossibilidades são atreladas a vivência desses sujeitos. Não é mais aceitável que sejam impostas as vontades dos governantes, dos adultos, sobre os jovens porque eles são cidadãos providos de vontades, direitos e deveres, e estão cumprindo com os seus deveres, mas o Estado falha diariamente quando não oportuniza melhores condições de moradia para um descanso adequado, escolas com infraestrutura mínima e mais opções de formação, empregos que possibilite ascensão econômica, espaços seguros para lazer e desenvolvimento das relações interpessoais, atenção integral a saúde e corpo dos jovens. As juventudes cumprem com os papéis que lhes são necessários interpretar, quem não cumpre com suas atribuições é o Estado, que se omite e perdura a estrutura discriminatória de privilégios aos mais ricos.

Concluo, agora, falando como um jovem morador de um bairro da periferia urbana do Rio Grande – RS, que fez toda a formação inicial na escola Silva Paes, assim como os participantes desta pesquisa. Os jovens precisam de mais oportunidades, de serem

incluídos nos planos para o futuro do país, precisam acreditar que a mudança é possível, e ter esperança de um mundo melhor e mais justo a todos. A busca por uma vida melhor não pode ser apenas um objetivo, mas sim uma possibilidade. Os jovens deveriam ter garantido o poder compra com os proventos fruto de seus trabalhos, empregos dignos e com boas remunerações, educação de qualidade e assistência médica acessível, uma vez que tais garantias sejam promovidas as juventudes, seria possível a construção de um país que caminha rumo ao desenvolvimento social e econômico, alicerçado na qualidade de vida do seu povo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis**. São Paulo, SP: Scritta, 1994.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade**, Brasília, n. 5-6, p. 73-90, 2007.

ALMEIDA, R. LIMA, M. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. In: ALONSO, A.; JÚNIOR, J. S.; BRITO, M. M. A.; GHEZZI, D.R.; TORINO, D.; COELHO, V. S. R. P.; MIRANDA, D.S. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. São Paulo - SP: CEBRAP, 2016. p. 10-31. *In*: ALONSO, A.; JÚNIOR, J. S.; BRITO, M. M. A.; GHEZZI, D.R.; MIRANDA, D.S.; LIMA, M. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo - SP: CEBRAP, 2016. p. 42-59.

ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. *In*: ALONSO, A.; ALMEIDA, R.; JÚNIOR, J. S.; MIRANDA, D. S.; GHEZZI, D.R. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo - SP: CEBRAP, 2016. p. 8-23.

ARENDT, H. **A condição humana**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943. Brasília, 19 dez. 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 12 jul. 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004**. Institui a Bolsa-Atleta. Brasília, 9 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.880, de 9 de julho de 2004**. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, 9 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta. Brasília, 14 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, 28 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, 30 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do

Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, 23 set. 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, 5 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 19 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, 26 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 11 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 5 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 5 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto de Lei nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022.** Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, 8 fev. 2022.

CARRANO, P. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. *In: JULIÃO, E. F.; VERGÍLIO, S.S. (org.). Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas.* 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: NOVO DEGASE, 2013. p. 17-36.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

DAYRELL, J. O JOVEM COMO SUJEITO SOCIAL. **Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade**, Brasília, p. 155-176, 2007.

DUARTE, F. L. C.; SILVEIRA, A. V.; RIBEIRO, F. C.; MORAES, M. C. L.; MEIRA, M. D. D. A importância do sono na saúde do adolescente: uma revisão integrativa. **Lecturas educación física y deportes**, [s. l.], 2020.

GREQUE, L. S. J. As juventudes no município do Rio Grande: possibilidades e impossibilidades. *In: ATELIÊ de Geografia: da análise à proposta de ensino do Rio Grande.* Rio Grande - RS: Brasileira, 2022.

- FERREIRA, I. C. B.; VASCONCELOS, A. M.; PENNA, N.A. **Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades**. 2008. Disponível em: < [http://www.ceam.unb.br/oj/arquivos/artigo\\_nogales.pdf](http://www.ceam.unb.br/oj/arquivos/artigo_nogales.pdf)>. Acesso em: nov. 2021.
- FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas: Entre conceitos e políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, UFRGS, Porto Alegre, RS, p. 313 - 323, 2009.
- KRAUSKOPF, D. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar, Chile, Cidpa, 2003.
- LEVI, G.; JC SCHMITT (org.): História dos jovens. Vol. 1. **Da antiguidade à era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- LIMA, M. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. In: ALONSO, A.; JÚNIOR, J. S.; BRITO, M. M. A.; GHEZZI, D.R.; TORINO, D.; COELHO, V. S. R. P.; MIRANDA, D.S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo - SP: CEBRAP, 2016. p. 10-31.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.
- MARQUES, R. G.; SANTOS, M. A. O crime do tráfico de drogas e a relação com a violência: uma contribuição interdisciplinar. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, 2018. DOI 10.18829/rp3.v1i11.24957. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/20996.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- MELUCCI, A. JUVENTUDE, TEMPO E MOVIMENTO SOCIAIS. **Revista Brasileira de Educação** : Juventude e Contemporaneidade, Brasília, p. 29-45, 1967.
- NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO**, Rondonópolis - MT, v. VII, n. 8, p. 129 -153, 2008.
- ONOFRE, E. M. C. A PRISÃO: INSTITUIÇÃO EDUCATIVA?. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 43-59, 2016.
- PAIVA, S. S. **A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE E DO BOLSA ATLETA NA VIDA DO JOVEM**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Administração, INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO - IDP, Brasília, 2019.
- PENNA, N. A.; FERREIRA, L. B. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E AREAS DE VULNERABILIDADES NAS CIDADES. **MERCATOR**, Fortaleza - CE, v. 13, ed. 3, p. 25-36, 2014.
- PERALVA, A. O JOVEM COMO MODELO CULTURAL. **Revista Brasileira de Educação**: Juventude e Contemporaneidade, Brasília, n. 5-6, p. 13-27, 1997.
- RITTER, C.; FIRKOWSKI, O. L. F. NOVO CONCEITUAL PARA AS PERIFERIAS URBANAS. **Revista Geografar**, Curitiba - PR, p. 22-25, 2009. DOI 1981-089X.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/viewFile/14334/9644>. Acesso em: 26 fev. 2022.

RODRIGUES, A. M. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A LUTA PELO DIREITO À CIDADE. **CIDADES**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 73-83, 2007.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SALLES, L. M. F.; PAULA E SILVA, J. M. A.; FONSECA, D. C. Violência e inserção social do jovem de periferia urbana. **Revista de Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, SP, v. 16, ed. 3, p. 58-68, 2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Porto Alegre - RS, n. 1, p. 1-15, 2009.

SEVERO, M. F. S. W. **Os movimentos sociais de juventude e os direitos dos jovens no Brasil**. Orientador: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara-SP, 2006.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescentes e juventude: Entre conceitos e políticas públicas. **Separata de: CADERNOS de Terapia Ocupacional da UFSCar**. 17. ed. São Carlos, SP: UFSCar, 2009. v. 2, cap. 2, p. 87 - 106.

SPOSITO, M. E. B. NOVOS CONTEÚDOS NAS PERIFERIAS URBANAS DAS CIDADES MÉDIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL. **Investigaciones Geográficas**: Boletín del instituto de Geografía-UNAM, Distrito Federal, México, n. 54, p. 114-139, 2004.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ed. 24, p. 16-39, 2003.

\_\_\_\_\_, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: BRANCO, Pedro Paulo Martoni; ABRAMO, Helena Wendel. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p.87-127.